ULTRAPAR EM 2016

Investimentos totalizam R$ 1,9 bilhão

EBITDA de R$ 4,2 bilhões, 7% de crescimento em relação a 2015

Lucro líquido de R$ 1,6 bilhão, 4% acima de 2015

Dividendos de R$ 907 milhões, 4% superiores a 2015

extrafarma
pra você viver melhor

Ipiranga

OXITENO
Evolution by chemistry

ULTRACARGO

ULTRAGAZ
QUEM FAZ USA ULTRAGAZ

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

PREZADOS ACIONISTAS,

A administração da ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (Ultrapar) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativos ao ano de 2016. Tais informações vêm acompanhadas por relatório dos auditores independentes, sem ressalvas, que foi discutido e revisado pela Administração.

PERFIL DA COMPANHIA

A Ultrapar é uma companhia multinegócios que iniciou suas atividades há quase 80 anos, hoje com posições de destaque em seus cinco segmentos de atuação. Opera com grande capilaridade e cobertura de todo o território brasileiro na distribuição e varejo especializado por meio da Ipiranga, no setor de combustíveis, da Ultragaz, no gás liquefeito de petróleo - GLP, e da Extrafarma, no varejo farmacêutico. Atua também na indústria de especialidades químicas por meio da Oxiteno, que desfruta de posição de liderança na América Latina, e na armazenagem de granéis líquidos por meio da Ultracargo, com presença em seis portos do Brasil. A Ultrapar mantém, desde 1999, ações listadas na New York Stock Exchange (NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), tendo ingressado em 2011 no Novo Mercado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2016

O ambiente de negócios no Brasil em 2016 teve como cenário o agravamento de crises nos âmbitos econômico e político. O país enfrentou a mais profunda recessão da história recente, com reflexos importantes incluindo queda significativa do PIB, da renda da população e dos níveis de emprego.

Apesar desse contexto, que afetou nossos negócios mais ligados ao desempenho econômico, procuramos criar oportunidades e dar continuidade à nossa expansão e evolução como organização. Além do foco no constante desenvolvimento de nossas pessoas, diferente do que ocorreu no país, geramos diretamente 576 novos postos de trabalho em 2016, totalizando um quadro de mais de 15 mil funcionários ao final do ano. Construímos ao longo dos quase 80 anos de Ultra uma companhia sólida e resiliente, fruto de minucioso planejamento, investimento e execução.

Essa engrenagem nos permitiu seguir na trajetória de crescimento, mesmo em meio a um cenário recessivo e de incertezas políticas. Em 2016, analisamos e executamos iniciativas e projetos que nos permitiram estabelecer novos caminhos de crescimento para nossos negócios. De forma diligente e confiando em nosso modelo de negócios, anunciamos três importantes transações: as assinaturas dos contratos para as aquisições da ALESAT, no segmento de distribuição de combustíveis, e da Liquigás, em distribuição de GLP, e a formação de um novo negócio com a Chevron, em lubrificantes. Também executamos um plano robusto de investimentos de R$ 1,9 bilhão, 33% maior que o de 2015.

Na Ipiranga, a estratégia de investimento focou principalmente na adição de postos à rede, no fortalecimento dos nossos parceiros revendedores e na ampliação da infraestrutura de distribuição. Encerramos o ano com 7.563 postos Ipiranga, 333 a mais do que em 2015. Outro aspecto evidente na estratégia da Ipiranga é a diferenciação através de inovação e conveniência. Em 2016, essa estratégia se materializou através do investimento em 256 novas franquias am/pm, 128 unidades Jet Oil, 163 padarias, 138 *beer caves*, entre outras iniciativas que visam oferecer maior valor, praticidade e qualidade aos nossos revendedores e clientes.

Na Oxiteno, avançamos na internacionalização por meio da expansão nos Estados Unidos. Ao longo de 2016 evoluímos no desenvolvimento da nova planta em Pasadena, no Texas, projeto cuja implantação se estenderá por 2017, e que permitirá à Oxiteno competir com maior efetividade no mercado de tensoativos dos Estados Unidos. A presença nesse mercado também se revela estratégica devido às condições atrativas de matéria-prima e infraestrutura. Além do desenvolvimento de projetos que garantem nosso crescimento futuro, evoluímos também nas atividades relacionadas à inovação, com a introdução de 60 novos produtos ao nosso portfólio.

O foco em inovação e excelência operacional mostrou-se fundamental também na Ultragaz. A empresa avançou em sua estratégia baseada no crescimento e aprimoramento de sua rede de revendas, na diferenciação de seus serviços com o apoio de tecnologia e sistemas de informação e também na criação de novos canais de comercialização. Na parte operacional, investimos em uma nova base de engarrafamento em Juazeiro (BA), visando aumentar a eficiência na distribuição de botijões e os serviços oferecidos à população da região.

Após um período de desafios desde o incêndio em Santos em abril de 2015, a Ultracargo encerrou 2016 com uma visão bastante positiva, tanto para seu segmento de atuação, beneficiado pela forte movimentação de combustíveis em portos, como para o retorno de suas operações afetadas pelo incêndio. Foi prioritário atuar com responsabilidade e transparência perante as consequências do evento, o que nos permite hoje encará-lo como uma oportunidade de aprendizado e fortalecimento.

Com um novo posicionamento que reforça atributos de confiança e proximidade no relacionamento com clientes, relançamos em 2016 a marca Extrafarma. Aliada ao novo modelo de loja e à excelência operacional, a marca sintetiza iniciativas que visam proporcionar maior comodidade e melhor experiência de compra aos nossos clientes. Com essa plataforma mais robusta e excelência operacional, estamos acelerando nossa expansão nas regiões Norte e Nordeste e gradualmente para outras regiões do Brasil, com a abertura de 71 novas lojas em 2016; e fechamos o ano com 315 lojas em 10 estados.

Com essa equação – investir com disciplina e planejamento, servir nossos clientes com paixão e executar nossa estratégia de maneira responsável –, reafirmamos continuamente o nosso compromisso com nossos *stakeholders*.

Filosofia socioambiental, inovação e excelência operacional

A Ultrapar busca manter a valorização da ética nos negócios, da cultura de cidadania e da excelência nos padrões de saúde, segurança e meio ambiente.

O Modelo de Sustentabilidade Ultra abrange cinco pilares – Segurança, Meio Ambiente, Pessoas, Produtos e Serviços e Cadeia de Valor, que se desdobram em 28 indicadores de desempenho e gestão, alinhados às diretrizes corporativas de sustentabilidade. Em função das especificidades de cada mercado em que operamos, nossos negócios mantêm políticas individuais relacionadas à atuação socioambiental. Como parte desse aprimoramento contínuo das ações de sustentabilidade, integramos a Carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), da BM&FBOVESPA, fomos reconhecidos pela liderança em práticas responsáveis de gestão ambiental pelo *Carbon Disclosure Program* (CDP), organização internacional que incentiva e provê um sistema global para que as empresas e cidades meçam, divulguem, gerenciem e compartilhem informações sobre o meio ambiente, e pelo segundo ano consecutivo, o Ultra foi destacado pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2016 como empresa-modelo na categoria Varejo.

Pessoas

A qualidade do nosso capital humano é o fator que constitui o elemento dinâmico e empreendedor do Ultra. A capacidade de seus colaboradores tem forte impacto na produtividade e lucratividade, no nível de serviços oferecidos ao cliente, na reputação, imagem e na competitividade da companhia. Nosso modelo de gestão de pessoas patrocina o desenvolvimento de lideranças e dos colaboradores, motivados por metas desafiadoras e estimula a movimentação de funcionários entre as diferentes áreas e negócios. Um dos principais focos da gestão de pessoas é alinhar a formação e capacitação à cultura de multinegócios do Ultra, o que explica o grande potencial para a movimentação de talentos. Em 2016, mais de 1.500 funcionários movimentaram-se entre áreas de uma mesma unidade de negócio ou para outras unidades de negócio da companhia.

Promover o desenvolvimento de novas competências para seus funcionários ao mesmo tempo em que reforça a cultura e a identidade do Ultra é fundamental para o desenvolvimento do negócio. Neste sentido, quase 400 mil horas de treinamentos foram investidas em nossos colaboradores. A cultura de multinegócios do Ultra exige a renovação permanente de talentos e o desenvolvimento de competências diversas. Em 2016, aproximadamente 300 jovens ingressaram no Ultra por meio de programas de estágio, *trainee* e de jovens profissionais.

# Colaboradores	2016	2015
Ultrapar	15.173	14.597
Extrafarma	5.670	5.269
Ultragaz	3.610	3.603
Ipiranga	2.903	2.864
Oxiteno	1.903	1.806
Ultracargo	645	596
Centro Corporativo	442	459

Clientes, revendedores e fornecedores

A paixão e o respeito pelo cliente têm guiado o Ultra ao longo de sua trajetória. Além disso, estabelecemos parcerias sólidas, fundamentadas em princípios éticos e em uma gestão focada em resultados financeiros sustentáveis com nossa ampla rede de fornecedores e revendedores, contribuindo com a perenidade de seus negócios.

No caminho da diferenciação através de inovação e conveniência, a Ipiranga desenvolveu e levou ao mercado o Abastece Aí, iniciativa que aposta na integração de plataformas para oferecer ainda mais comodidade e benefícios aos seus clientes. Através do aplicativo Abastece Aí, o cliente programa ou decide na hora a opção de abastecimento que é, automaticamente, reconhecida pelo frentista. Ele também escolhe os benefícios que prefere ganhar e finaliza o abastecimento com a senha do Km de Vantagens, com total segurança no pagamento. A Ipiranga lançou também a gasolina DT Clean, formulada com uma das mais modernas tecnologias de aditivação, que recupera a performance original do motor, aumenta sua vida útil e ajuda a economizar combustível.

Para a Oxiteno, o centro da estratégia é a inovação. Nossos investimentos em pesquisa e desenvolvimento buscam soluções que atendam os clientes, causem menos impactos socioambientais e estejam em sintonia com as macrotendências. Em 2016, foram aplicados R$ 50 milhões em pesquisa e desenvolvimento, onde destacamos, por exemplo, o lançamento de soluções adjuvantes para melhorar a eficiência na utilização de defensivos agrícolas aumentando a produtividade na agricultura.

Ao longo dos últimos anos, a Ultragaz vem dedicando mais recursos para seguir se diferenciando e oferecendo soluções inovadoras. O desempenho da companhia tem sido baseado em iniciativas de sistemas de informação, uso de inteligência digital e geolocalização para prospecção de clientes, customização para a oferta de serviços e novas formas de relacionamento com revendedores e clientes. Com essas iniciativas, nossos revendedores estão mais equipados para aprimorar seus negócios, nossas equipes de atendimento possuem ferramentas para respostas mais rápidas aos clientes, a prospecção é mais efetiva e nossos consumidores finais têm maior comodidade na forma de pedir, receber e pagar pelo gás.

A Ultracargo tem se fortalecido como um prestador de serviços de qualidade para o mercado de combustíveis. O momento mais desafiador da economia vem se traduzindo em um fluxo menos intenso na parte de químicos, que tem sua atividade bastante ligada ao desempenho econômico. Isso a tornou uma operadora natural para absorver a demanda adicional por movimentação de combustíveis nos portos brasileiros, algo que se intensificou nos últimos anos, especialmente em 2016. Essa oferta de espaço em portos para combustíveis foi possível graças à flexibilidade oferecida pela Ultracargo aos seus clientes, um pilar importante que a diferencia em seu mercado.

Na Extrafarma, para crescer de forma acelerada e sustentável, optamos por fortalecer nossa plataforma de varejo, com iniciativas focadas em proporcionar uma melhor experiência de compra. Entre as principais ações de evolução no varejo, destacamos o novo modelo de loja, mais atraente para os clientes, a revisão das principais categorias com sortimento mais amplo e de fácil visualização e o relançamento do programa de fidelidade Clube Extrafarma, mais simples e com mais opções de resgate, tendo atingido, ao final de 2016, mais de 5 milhões de clientes cadastrados.

Mercado de capitais

Em 2016, as ações da Ultrapar negociadas na BM&FBOVESPA apresentaram valorização de 13%.

Mercado de capitais	2016	2015	Δ (%) 2016 v 2015
Valor de Mercado[1] (R$ milhões)	37.933	35.693	6%
Cotação fechamento – UGPA3 (R$/ação)	68,45	60,45	13%
Cotação fechamento – Ibovespa (pontos)	60.227	43.350	39%
Cotação fechamento – UGP (US$/ADRs)	20,74	15,25	36%
Cotação fechamento – Dow Jones (pontos)	19.763	17.425	13%
Volume médio/dia[2] (ações)	1.950.837	2.130.523	-8%
Volume financeiro médio/dia[2] (R$ mil)	132.999	136.671	-3%

[1] Calculado a partir do preço médio ponderado no período x nº total de ações.
[2] Inclui dados da BM&FBovespa e NYSE.

A Ultrapar também declarou dividendos de R$ 907 milhões em 2016, aumento de 4% comparado ao ano anterior. Esse montante representa um *dividend yield* de 2,5% sobre o preço médio das ações em 2016.

Relacionamento com Auditores Independentes

As políticas da Ultrapar e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Ultrapar e suas controladas não contrataram, junto aos seus auditores independentes, trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras. O valor total dos honorários aos auditores independentes relacionados a serviços de auditoria referentes às demonstrações financeiras de 2016 foi de R$ 5,8 milhões.

A Deloitte Touche Tohmatsu iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2012.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2016

Ambiente econômico-operacional

Em um ano marcado pelo agravamento das crises em duas frentes, política e econômica, o Brasil encerrou 2016 com a combinação de desaceleração dos negócios e piora dos níveis de renda e emprego, que inibiram o consumo e formaram o cenário para um ambiente desafiador. No segundo semestre, a atividade econômica deu alguns sinais pontuais de melhora e a inflação recuou, abrindo espaço para reduções na taxa básica de juros, de 14,25% ao final de 2015 para 13,75% em 2016. A cotação média do dólar frente ao Real em 2016 foi de R$ 3,49 em comparação a R$ 3,33 em 2015, um aumento de 5%, porém com um movimento de apreciação ao longo de 2016 de 17%. O número de veículos leves licenciados totalizou 2,0 milhões, permitindo um crescimento real de 2% na frota em 2016. A desaceleração da economia global e as decisões de produção dos países membros da OPEP tiveram influência sobre o preço internacional do petróleo, que iniciou o ano cotado a US$ 36/barril (Brent) e encerrando 2016 a US$ 55/barril. No mercado petroquímico, dados da ABIQUIM mostraram alta de 5% em 2016 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, as vendas foram 11% maiores em 2016:

DESEMPENHO COMPARATIVO	2016	2015	Δ (%) 2016 v 2015
Receita líquida de vendas e serviços	77.353	75.655	2%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(70.343)	(68.934)	2%
Lucro bruto	7.010	6.722	4%
Despesas gerais, adm., com vendas e comerciais	(4.097)	(3.838)	7%
Outros resultados operacionais, líquidos	199	51	-
Resultado na venda de bens	(6)	27	-
Lucro Operacional	3.106	2.962	5%
EBITDA	4.217	3.953	7%
Depreciações e amortizações	1.104	1.003	10%
Equivalência patrimonial	7	(11)	-

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga apresentou queda de 9% comparado a 2015. O volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) apresentou queda de 9%, apesar do crescimento real de 2% da frota, reflexo da conjuntura econômica, piora dos níveis de emprego e deterioração na relação entre o preço de combustíveis e a renda da população. O volume do diesel também apresentou redução de 9%, acompanhando o desempenho fraco da economia.

A receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 2%, apesar do menor volume de vendas, fruto principalmente (i) dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina pela Petrobras em outubro de 2015, e também, maiores custos de etanol, (ii) da maior participação da gasolina na composição de vendas em 2016 e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente.

O custo dos produtos vendidos cresceu 1%, em função dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina em outubro de 2015 e, consequentemente, dos maiores custos do etanol, atenuados em parte pelo menor volume vendido.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 8% devido (i) a maiores despesas com estudos e projetos para expansão e inovação, (ii) à ampliação da rede de postos e franquias e (iii) aos efeitos da inflação do período, parcialmente compensados por menores despesas com frete, devido ao menor volume.

O EBITDA da Ipiranga em 2016 totalizou R$ 3.080 milhões, 11% acima de 2015, apesar do menor volume vendido, principalmente devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, (ii) à melhor composição de vendas e (iii) à redução do custo médio dos combustíveis, possibilitada por importações.

Na Ipiranga, foram investidos R$ 1.065 milhões, sendo (i) R$ 429 milhões na expansão de sua rede de postos (através do embandeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, (ii) R$ 64 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística, através da construção e ampliação de bases de operação, (iii) R$ 101 milhões em modernização, principalmente em bases logísticas, e (iv) R$ 471 milhões na manutenção de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição e reforma de postos. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R$ 892 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, e R$ 173 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos.

Oxiteno

O volume vendido da Oxiteno foi 2% maior em 2016, como resultado da expansão de 17% em *commodities*, em busca de maior eficiência na utilização da capacidade e diluição de custos das plantas, sobretudo no 1S16, para contrapor a queda de 1% em especialidades, fruto principalmente da atividade econômica mais fraca no Brasil.

A receita líquida da Oxiteno foi 9% menor, principalmente em função do preço médio em dólar 15% menor, como consequência dos menores preços internacionais de *commodities* e maior participação desses produtos no mix de vendas. O Real 5% mais depreciado e o maior volume de vendas atenuaram em parte esses efeitos.

O custo dos produtos vendidos apresentou queda de 1% devido a menores custos com pessoal, atenuados pelo maior volume de vendas, Real 5% mais depreciado e preços de certas matérias-primas mais elevados.

As despesas gerais, administrativas e de vendas caíram 11%, principalmente em função das menores despesas com pessoal, atenuadas pelos efeitos da desvalorização do Real sobre despesas logísticas e das unidades internacionais e pelo maior volume de vendas.

O EBITDA da Oxiteno em 2016 totalizou R$ 459 milhões, queda de 38% sobre 2015, em função principalmente (i) da variação cambial e de certas matérias-primas em trajetórias opostas na comparação entre 2016 e 2015 e (ii) da maior participação de *commodities* no mix de produtos, atenuados pelo maior volume vendido e pelo câmbio médio 5% mais depreciado (R$ 0,16/US$).

Na Oxiteno, o total de investimentos em 2016 foi de R$ 288 milhões, principalmente na manutenção de suas unidades produtivas e na nova planta de etoxilados nos Estados Unidos.

Ultragaz

O volume vendido da Ultragaz foi 4% maior em 2016, com crescimento de 3% no segmento envasado, fruto dos investimentos para adição de novas revendas, e de 6% no segmento granel, em decorrência de investimentos realizados para captura de novos clientes.

A receita líquida da Ultragaz foi 16% superior, principalmente em função (i) dos aumentos do custo do GLP envasado e granel nas refinarias, realizados em 2015 e 2016, (ii) do maior volume vendido, fruto de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e revendas, (iii) da estratégia de diferenciação e inovação e (iv) da maior participação do granel na composição de vendas.

O custo dos produtos vendidos foi 15% maior, principalmente em função (i) do aumento do custo do GLP, (ii) do maior volume e (iii) de maiores custos unitários com frete, devido ao aumento de retiradas de produtos em rotas mais distantes.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 17% devido a (i) maiores despesas com estudos e projetos para expansão e inovação, (ii) maiores despesas com sistemas e suporte às iniciativas comerciais e (iii) maiores gastos com propaganda e marketing, que destaca os atributos de sua atual estratégia focada em conveniência e em serviços ao consumidor.

O EBITDA da Ultragaz totalizou R$ 447 milhões, 25% maior que 2015, fruto de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e revendas, e da estratégia de diferenciação e inovação.

A Ultragaz investiu R$ 225 milhões, direcionados principalmente para novos clientes do segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento.

Ultracargo

A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 3% em decorrência, sobretudo, da maior movimentação de combustíveis nos terminais de Suape e Aratu, atenuada pela interrupção parcial em 2015 do terminal da Ultracargo em Santos devido ao incêndio ocorrido em abril de 2015. Excluindo as operações de Santos, a movimentação foi 8% maior.

A receita líquida ficou 13% acima, devido ao aumento na armazenagem média e tarifas médias superiores nos terminais. Excluindo as operações de Santos, a receita líquida foi 18% maior.

O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 31% devido a maiores custos com pessoal e com manutenção nos terminais. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2016, algumas despesas passaram a ser consideradas como custos, representando R$ 16 milhões em 2016.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram queda de 1% em função de despesas que passaram a ser consideradas como custos, atenuado por maiores despesas com pessoal.

A linha de "Outros resultados operacionais" totalizou em 2016 uma receita líquida de R$ 71 milhões, comparada a uma despesa líquida de R$ 79 milhões em 2015. Em 2016, os valores são principalmente relativos à recuperação de seguros, de R$ 134 milhões, atenuado por despesas com o incêndio em Santos de R$ 68 milhões.

A Ultracargo atingiu EBITDA de R$ 171 milhões em 2016, crescimento de R$ 145 milhões em função das recuperações de seguro e da maior movimentação. Excluindo as operações de Santos e os efeitos do incêndio, os demais terminais da Ultracargo apresentaram EBITDA de R$ 100 milhões, 7% maior que o apresentado em 2015.

A Ultracargo investiu R$ 79 milhões em 2016, direcionados principalmente à modernização dos sistemas de segurança dos terminais e a adequação e manutenção da infraestrutura dos terminais existentes.

Extrafarma

A Extrafarma encerrou 2016 com 315 lojas, um aumento de 24% (61 lojas) comparado a 2015. Ao longo do ano, foram abertas 71 novas lojas, com dez fechamentos.

A receita bruta da Extrafarma apresentou um crescimento de 18%, em função do crescimento de 28% no faturamento de varejo ex-telefonia, fruto do maior número médio de lojas e ao *same store sales* ex-telefonia 20% maior. Os efeitos foram parcialmente compensados pelo fraco desempenho da economia que resultou em uma queda de 30% no faturamento de telefonia.

O custo dos produtos vendidos foi 19% maior, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). O lucro bruto atingiu R$ 506 milhões, aumento de 16%, devido ao crescimento no faturamento.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram crescimento de 20%. O aumento decorre do número médio de lojas 18% maior, dos efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal e das despesas com lançamento da nova marca, parcialmente compensados por ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico.

A Extrafarma registrou EBITDA de R$ 37 milhões, alta de 29% em relação a 2015, em função do crescimento no faturamento e de ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico, parcialmente compensados pelo maior número de lojas ainda em maturação.

A Extrafarma investiu R$ 143 milhões, destinados principalmente à abertura de novas lojas, à manutenção de suas atividades e ao novo centro de distribuição, no Pará, em substituição ao anterior existente no estado.

Ultrapar

Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar apresentou em 2016 uma receita líquida de vendas e serviços de R$ 77.353 milhões, crescimento de 2% em relação a 2015, em função do crescimento da receita em todos os negócios, com exceção da Oxiteno.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R$ 70.343 milhões em 2016, aumento de 2% em relação a 2015, em função do crescimento em todos os negócios, com exceção da Oxiteno.

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R$ 7.010 milhões em 2016, aumento de 4% em relação a 2015, em função do crescimento do lucro bruto da Ipiranga, Ultragaz e Extrafarma.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R$ 4.097 milhões em 2016, 7% acima de 2015, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de motivos específicos de cada negócio.

Outros resultados operacionais

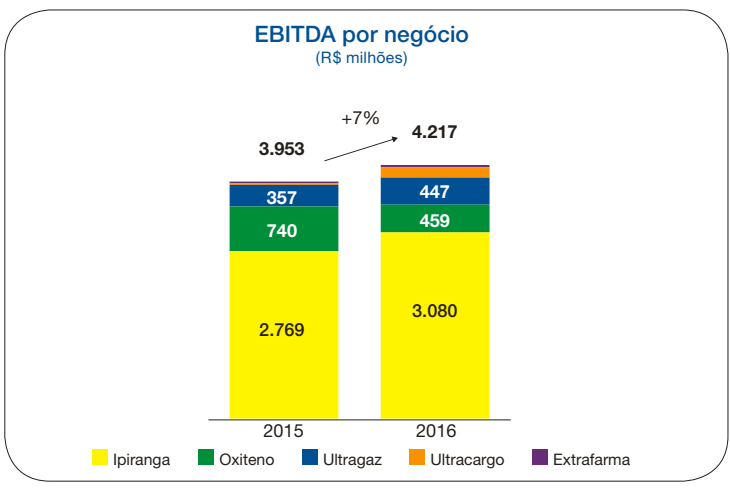
A Ultrapar registrou em 2016 uma receita, líquida de despesas, em outros resultados operacionais de R$ 199 milhões contra uma receita líquida de R$ 51 milhões registrada em 2015, em função (i) dos efeitos do incêndio ocorrido em abril de 2015 em Santos, com impacto positivo de R$ 68 milhões em 2016, principalmente relativos à recuperação de seguros, e negativo de R$ 92 milhões em 2015; e (ii) do recebimento de receitas decorrentes da estratégia de constante inovação em serviços e conveniência na Ipiranga, atenuados pelo reconhecimento de receitas não recorrentes de R$ 30 milhões, referente ao ajuste final de capital de giro e endividamento da aquisição da Extrafarma e a um processo judicial de uso de marca ganho pela Ultrapar.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2016 uma despesa líquida na venda de bens de R$ 6 milhões contra uma receita líquida de R$ 27 milhões em 2015, devido sobretudo a menor venda de terrenos na Ipiranga.

EBITDA

O EBITDA consolidado da Ultrapar atingiu R$ 4.217 milhões em 2016, crescimento de 7% em relação a 2015, em função do crescimento do EBITDA na Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma.



R$ milhões	2016	2015	Δ (%) 2016 v 2015
Lucro líquido	**1.571**	**1.513**	**4%**
(+) Imposto de renda e contribuição social	700	734	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	843	703	
(+) Depreciação e amortização	1.104	1.003	
EBITDA	**4.217**	**3.953**	**7%**

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2016 foi de R$ 1.104 milhões, 10% acima de 2015, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R$ 3.106 milhões em 2016, 5% acima de 2015, em função do maior lucro operacional obtido na Ipiranga, Ultragaz e na Ultracargo.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R$ 843 milhões em 2016, R$ 139 milhões acima de 2015, principalmente em função (i) do maior CDI no período, (ii) do maior endividamento líquido e (iii) de efeitos cambiais no período.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2016 atingiu R$ 1.571 milhões, 4% acima do lucro líquido apresentado em 2015, em função do crescimento do EBITDA entre os períodos, parcialmente compensado pela maior despesa financeira e por maior amortização e depreciação, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

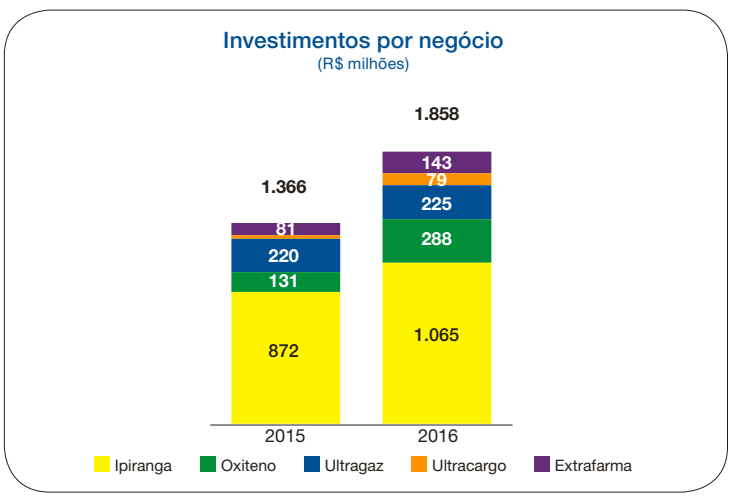
Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2016 com uma dívida bruta de R$ 11.417 milhões e caixa bruto de R$ 5.702 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R$ 5.715 milhões, aumento de R$ 787 milhões em relação a 2015. O endividamento líquido ao final de 2016 corresponde a 1,36x EBITDA dos últimos 12 meses, contra 1,24x ao final de 2015.

Investimentos e perspectivas

Em 2016, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e repagamentos, totalizaram R$ 1,9 bilhão, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento por escala e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2017 totaliza R$ 2.174 milhões. O valor não contempla eventuais investimentos nas operações da ALESAT, Liquigás e na associação com a Chevron em lubrificantes, cujas transações foram anunciadas em 12 de junho, 17 de novembro e 4 de agosto de 2016, respectivamente. As transações com a ALESAT e a Liquigás estão sob análise do CADE tendo a associação com a Chevron sido aprovada em fevereiro de 2017.



Na Ipiranga, o plano contempla investimentos de R$ 1.116 milhões, (i) para manter o ritmo de expansão e modernização da sua rede de distribuição e de franquias am/pm e Jet Oil, além de novos centros de distribuição para atender as lojas de conveniência, (ii) na ampliação da sua infraestrutura logística, através principalmente da construção e ampliação de bases de operação, e (iii) na manutenção e modernização de suas atividades, principalmente na renovação de contratos de sua rede de distribuição, reforma de postos, e sistemas de informação para apoiar suas operações.

O investimento aprovado para Oxiteno totaliza R$ 478 milhões em 2017. Esse montante inclui US$ 77 milhões para a construção de nova unidade de etoxilação em seu site no Texas (EUA), que planejamos concluir até final de 2017. A nova unidade terá capacidade para produção de 170 mil toneladas ao ano em seu estágio final. O valor remanescente será direcionado à modernização e manutenção de suas unidades visando maior produtividade, e a sistemas de informação.

Na Ultragaz, os investimentos de R$ 221 milhões serão concentrados principalmente (i) na captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, (ii) na reposição e aquisição de vasilhames, (iii) na ampliação e manutenção de bases de engarrafamento, e (iv) em tecnologia, com foco em sistemas para apoiar suas operações.

A Ultracargo deverá investir R$ 158 milhões, sendo R$ 58 milhões na expansão do terminal de Itaqui, com conclusão prevista para 2018, e na adequação, segurança e manutenção da infraestrutura dos terminais.

Na Extrafarma, devemos investir R$ 178 milhões, principalmente na abertura e revitalização de lojas, e em tecnologia da informação.

O plano contempla também a continuidade da modernização do parque tecnológico em todos os negócios para permitir servir, cada vez melhor, nossos clientes, aumentar a eficiência logística, desenvolver novas formas de venda e ampliar o relacionamento com nossos revendedores e parceiros.

A capacidade de planejamento e execução consistentes dessas iniciativas estratégicas, aliado aos investimentos inorgânicos, permitirão à Ultrapar a concretização de uma trajetória de crescimento sustentado, mantendo o protagonismo conquistado nos segmentos em que atuamos.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e demais públicos por mais um ano de crescimento.

extrafarma pra você viver melhor | Ipiranga | OXITENO Evolution by chemistry | ULTRACARGO | ULTRAGAZ QUEM FAZ USA ULTRAGAZ

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Pareceres.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	127.944	48.061	4.274.158	2.702.893
Aplicações financeiras	4	1.052	6.708	1.412.587	803.304
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	3.502.322	3.167.164
Estoques, líquidos	6	-	-	2.761.207	2.495.237
Impostos a recuperar, líquidos	7	37.620	48.019	541.772	628.778
Dividendos a receber		354.150	392.127	8.616	2.710
Demais contas a receber		3.884	6.051	20.573	29.787
Contas a receber - indenização seguradora	33	-	-	366.678	-
Despesas antecipadas, líquidas	10	98	89	123.883	81.476
Total do ativo circulante		524.748	501.055	13.011.796	9.911.349
Não circulante					
Aplicações financeiras	4	-	-	15.104	466.965
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	227.085	152.239
Sociedades relacionadas	8.a	772.425	782.404	490	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	22.462	8.680	417.344	306.005
Impostos a recuperar, líquidos	7	35.010	4.037	182.617	135.449
Depósitos judiciais	20.a	148	148	778.770	740.835
Demais contas a receber		-	-	2.678	16.507
Despesas antecipadas, líquidas	10	-	-	222.518	146.664
		830.045	795.269	1.846.606	1.965.154
Investimentos em:					
Controladas	11.a	8.190.100	7.619.441	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	11.a e 11.b	45.409	31.514	116.142	79.377
Coligadas	11.c	-	-	22.731	21.537
Outros		-	-	2.814	2.814
Imobilizado, líquido	12	-	-	5.787.982	5.438.895
Intangível, líquido	13	246.163	246.163	3.371.599	3.293.935
		8.481.672	7.897.118	9.301.268	8.836.558
Total do ativo não circulante		9.311.717	8.692.387	11.147.874	10.801.712
Total do ativo		9.836.465	9.193.442	24.159.670	20.713.061

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante					
Financiamentos	14	-	-	1.821.398	1.048.098
Debêntures	14.g	32.479	33.560	651.591	47.372
Arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	2.615	2.385
Fornecedores	15	330	2.636	1.709.653	1.460.532
Salários e encargos sociais	16	204	195	362.718	404.313
Obrigações tributárias	17	726	877	171.033	168.804
Dividendos propostos a pagar	23.g	316.848	293.460	320.883	298.791
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	301	139.981	216.883
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	24.940	13.747
Provisão para retirada de tanques	19	-	-	4.563	5.232
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	-	-	52.694	45.322
Contas a pagar - indenização de seguradoras	33	-	-	99.863	-
Demais contas a pagar		2.359	1.359	102.714	97.492
Receita diferida	21	-	-	22.300	24.420
Total do passivo circulante		352.946	332.388	5.486.946	3.833.391
Não circulante					
Financiamentos	14	-	-	6.800.135	5.561.401
Debêntures	14.g	799.904	799.554	2.095.290	2.198.843
Arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	46.101	43.509
Sociedades relacionadas	8.a	679	5	4.272	4.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	7.645	13.016
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	119.811	112.848
Provisão para retirada de tanques	19	-	-	73.001	69.484
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	1.884	4.221	727.088	684.660
Receita diferida	21	-	-	12.510	11.036
Bônus de subscrição - indenização	22	153.429	112.233	153.429	112.233
Demais contas a pagar		-	-	74.884	94.139
Total do passivo não circulante		955.896	916.013	10.114.166	8.905.541
Patrimônio líquido					
Capital social	23.a	3.838.686	3.838.686	3.838.686	3.838.686
Reserva de capital	23.c	552.038	546.607	552.038	546.607
Ações em tesouraria	23.b	(483.879)	(490.881)	(483.879)	(490.881)
Reserva de reavaliação	23.d	5.339	5.590	5.339	5.590
Reservas de lucros	23.e	4.466.392	3.801.999	4.466.392	3.801.999
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	23.g	165.515	157.162	165.515	157.162
Ajustes de avaliação patrimonial	2.c, 2.o e 23.f	(23.987)	18.953	(23.987)	18.953
Ajustes acumulados de conversão	2.c, 2.r e 23.f	7.519	66.925	7.519	66.925
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		8.527.623	7.945.041	8.527.623	7.945.041
Acionistas não controladores de controladas		-	-	30.935	29.088
Total do patrimônio líquido		8.527.623	7.945.041	8.558.558	7.974.129
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.836.465	9.193.442	24.159.670	20.713.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Receita líquida de vendas e serviços	24	-	-	77.352.955	75.655.274
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	-	-	(70.342.723)	(68.933.702)
Lucro bruto		-	-	7.010.232	6.721.572
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	25	-	-	(2.651.501)	(2.516.561)
Gerais e administrativas	25	-	(13)	(1.445.859)	(1.321.341)
Resultado na venda de bens	26	-	-	(6.134)	27.276
Outros resultados operacionais, líquidos	27	36	29.817	198.972	50.584
Lucro operacional		36	29.804	3.105.710	2.961.530
Receitas financeiras	28	140.895	175.398	513.243	426.429
Despesas financeiras	28	(167.152)	(135.569)	(1.355.819)	(1.129.767)
Equivalência patrimonial	11	1.579.403	1.457.750	7.476	(10.884)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.553.182	1.527.383	2.270.610	2.247.308
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9.b	(5.379)	(31.119)	(899.409)	(801.959)
Diferido	9.b	13.782	7.202	100.505	(14.813)
Incentivos fiscais	9.b e 9.c	-	-	98.912	82.436
		8.403	(23.917)	(699.992)	(734.336)
Lucro líquido do exercício		1.561.585	1.503.466	1.570.618	1.512.972
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		1.561.585	1.503.466	1.561.585	1.503.466
Acionistas não controladores de controladas		-	-	9.033	9.506
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R$					
Básico	29	2,8844	2,7649	2,8844	2,7649
Diluído	29	2,8626	2,7433	2,8626	2,7433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.561.585	1.503.466	1.561.585	1.503.466
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	9.033	9.506
Lucro líquido do exercício		1.561.585	1.503.466	1.570.618	1.512.972
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 23.f	(34.667)	7.733	(34.667)	7.733
Ajustes acumulados de conversão, líquidos dos efeitos do *hedge* de investimentos	2.c, 2.r e 23.f	(59.406)	23.733	(59.406)	23.733
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	2.o e 23.f	(8.273)	4.071	(8.273)	4.071
Resultado abrangente do exercício		1.459.239	1.539.003	1.468.272	1.548.509
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.459.239	1.539.003	1.459.239	1.539.003
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	9.033	9.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária para investimentos	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes: Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a: Acionistas da Ultrapar	Patrimônio líquido atribuível a: Acionistas não controladores de controladas	Patrimônio líquido total
Saldos em 2014		**3.838.686**	**547.462**	**(103.018)**	**5.848**	**397.177**	**1.439.461**	**1.333.066**	**7.149**	**43.192**	**-**	**188.976**	**7.697.999**	**28.596**	**7.726.595**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.503.466	-	1.503.466	9.506	1.512.972
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	7.733	-	-	-	7.733	-	7.733
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	4.071	-	-	-	4.071	-	4.071
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do *hedge* de investimentos	2.c, 2.r e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	23.733	-	-	23.733	-	23.733
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	11.804	23.733	1.503.466	-	1.539.003	9.506	1.548.509
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria	23.b	-	(855)	(387.863)	-	-	-	-	-	-	-	-	(388.718)	-	(388.718)
Realização da reserva de reavaliação	23.d	-	-	-	(258)	-	-	-	-	-	258	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-	(120)	-	(120)
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	138	-	-	-	(138)	-	-	-	-
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.757)	(2.757)
Aquisição de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.248)	(6.248)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.976)	(188.976)	-	(188.976)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	23.e e 23.g	-	-	-	-	75.173	-	-	-	-	(75.173)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R$ 0,80 por ação da Controladora)	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(436.842)	-	(436.842)	-	(436.842)
Dividendos propostos (R$ 0,80 por ação da Controladora)	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(434.467)	157.162	(277.305)	-	(277.305)
Retenção de resultados	23.e e 23.g	-	-	-	-	-	556.984	-	-	-	(556.984)	-	-	-	-
Saldos em 2015		**3.838.686**	**546.607**	**(490.881)**	**5.590**	**472.350**	**1.996.583**	**1.333.066**	**18.953**	**66.925**	**-**	**157.162**	**7.945.041**	**29.088**	**7.974.129**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.561.585	-	1.561.585	9.033	1.570.618
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	(34.667)	-	-	-	(34.667)	-	(34.667)
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	(8.273)	-	-	-	(8.273)	-	(8.273)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do *hedge* de investimentos	2.c, 2.r e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.406)	-	-	(59.406)	-	(59.406)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(42.940)	(59.406)	1.561.585	-	1.459.239	9.033	1.468.272
Venda de ações em tesouraria	23.b	-	5.431	7.002	-	-	-	-	-	-	-	-	12.433	-	12.433
Realização da reserva de reavaliação	23.d	-	-	-	(251)	-	-	-	-	-	251	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.868	-	9.868	-	9.868
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	10.077	-	-	-	(10.077)	-	-	-	-
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.186)	(7.186)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157.162)	(157.162)	-	(157.162)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	23.e e 23.g	-	-	-	-	78.078	-	-	-	-	(78.078)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R$ 0,80 por ação da Controladora)	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(434.619)	-	(434.619)	-	(434.619)
Dividendos propostos (R$ 0,87 por ação da Controladora)	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(472.650)	165.515	(307.135)	-	(307.135)
Retenção de resultados	23.e e 23.g	-	-	-	-	-	576.238	-	-	-	(576.238)	-	-	-	-
Saldos em 2016		**3.838.686**	**552.038**	**(483.879)**	**5.339**	**550.428**	**2.582.898**	**1.333.066**	**(23.987)**	**7.519**	**-**	**165.515**	**8.527.623**	**30.935**	**8.558.558**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.561.585	1.503.466	1.570.618	1.512.972
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial	11	(1.579.403)	(1.457.750)	(7.476)	10.884
Depreciações e amortizações	12 e 13	-	-	1.103.538	1.002.647
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12 e 13	-	-	12.581	12.146
Despesas com retirada de tanques	19	-	-	(2.785)	(3.949)
Juros, variações monetárias e cambiais		159.134	133.484	763.793	1.582.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(13.782)	(7.202)	(100.505)	14.813
Resultado na venda de bens	26	-	-	6.134	(27.276)
Outros		-	-	(6.515)	13.313
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		941.052	1.021.917	7.925	3.417
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(326.695)	(615.381)
Estoques	6	-	-	(262.993)	(615.390)
Impostos a recuperar	7	10.399	(17.306)	87.006	(60.141)
Demais contas a receber		2.167	9.830	(309.725)	13.555
Despesas antecipadas	10	(9)	(50)	(39.980)	(14.209)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	15	(2.306)	2.100	249.121	181.030
Salários e encargos sociais	16	9	37	(41.595)	109.734
Obrigações tributárias	17	(151)	767	2.229	29.969
Imposto de renda e contribuição social		-	301	567.286	504.495
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	11.193	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	-	-	7.372	(18.847)
Demais contas a pagar		1.000	1.123	56.811	29.235
Receita diferida	21	-	-	(2.120)	970
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(74.846)	(8.433)
Impostos a recuperar	7	(30.973)	19.085	(47.168)	(60.045)
Depósitos judiciais		-	-	(37.935)	(44.000)
Demais contas a receber		-	-	13.829	(10.675)
Despesas antecipadas	10	-	-	(65.847)	(15.437)
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	(40)	10.868
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	(2.337)	20	42.428	61.388
Demais contas a pagar		-	-	(19.255)	20.130
Receita diferida	21	-	-	1.474	3.327
Imposto de renda e contribuição social pagos		(301)	-	(644.188)	(422.010)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.046.084	1.209.822	2.513.670	3.201.679
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates		5.656	61.156	(163.625)	573.446
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(1.015.199)	(803.503)
Aquisição de intangível	13	-	-	(651.171)	(609.600)
Aporte de capital em controlada	11.a	(10.613)	-	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	11.b	-	-	(47.281)	(41.080)
Receita com a venda de bens	26	-	-	28.500	78.941
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		(4.957)	61.156	(1.848.776)	(801.796)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	14	-	799.042	3.676.874	2.384.589
Amortização	14	-	(800.000)	(812.520)	(2.824.543)
Juros pagos	14	(118.669)	(153.557)	(1.057.580)	(855.190)
Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	(5.016)	(5.174)
Dividendos pagos		(865.661)	(822.963)	(873.270)	(831.654)
Aquisição de participação de acionistas não-controladores de controladas		-	-	-	(9)
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria		-	(388.718)	-	(388.718)
Venda de ações em tesouraria		12.433	-	-	-
Sociedades relacionadas		10.653	24.052	(100)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos		(961.244)	(1.342.144)	928.388	(2.520.699)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira		-	-	(22.017)	(3.660)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		79.883	(71.166)	1.571.265	(124.476)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	48.061	119.227	2.702.893	2.827.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	127.944	48.061	4.274.158	2.702.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UGPA3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA · UGP LISTED NYSE · IBOVESPA · IVBX 2 · IBRA · IBRX · IBRX 50 · ICO2 · ITAG · IGC · IGC-NM

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	Controladora 2016	%	Controladora 2015	%	Consolidado 2016	%	Consolidado 2015	%
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e *royalties*	24	-		-		79.861.246		77.909.310	
Abatimentos, descontos e devoluções	24	-		-		(703.305)		(360.777)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)		-		-		(35.802)		(23.355)	
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	26 e 27	-		29.784		192.838		77.860	
		-		29.784		79.314.977		77.603.038	
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-		-		(4.531.024)		(4.146.956)	
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-		-		(65.660.157)		(64.712.767)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		6.427		6.127		(2.254.447)		(2.178.765)	
Recuperação (perda) de valores de ativos		-		-		(8.572)		(6.199)	
		6.427		6.127		(72.454.200)		(71.044.687)	
Valor adicionado bruto		6.427		35.911		6.860.777		6.558.351	
Retenções									
Depreciações e amortizações	12 e 13	-		-		(1.103.538)		(1.002.647)	
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12 e 13	-		-		(12.581)		(12.146)	
		-		-		(1.116.119)		(1.014.793)	
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		6.427		35.911		5.744.658		5.543.558	
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	11	1.579.403		1.457.750		7.476		(10.884)	
Dividendos de investimentos a custo		36		33		-		-	
Aluguéis e *royalties*	24	-		-		124.302		118.601	
Receitas financeiras	28	140.895		175.398		513.243		426.429	
		1.720.334		1.633.181		645.021		534.146	
Valor adicionado total a distribuir		1.726.761		1.669.092		6.389.679		6.077.704	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		5.378	-	5.180	-	1.771.287	28	1.704.536	28
Impostos, taxas e contribuições		(1.523)	-	25.526	2	1.574.291	25	1.603.455	26
Despesas financeiras e aluguéis		161.321	9	134.920	8	1.473.483	23	1.256.741	21
Dividendos distribuídos		907.269	53	871.309	52	914.455	14	874.066	14
Lucros retidos		654.316	38	632.157	38	656.163	10	638.906	11
Valor adicionado distribuído		1.726.761	100	1.669.092	100	6.389.679	100	6.077.704	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP. A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga"), na produção e comercialização de produtos químicos ("Oxiteno"), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo") e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 30.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ***a. Apuração do resultado*** - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável. A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento. ***b. Caixa e equivalentes de caixa*** - Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas. ***c. Ativos financeiros*** - Conforme o *International Accounting Standards* ("IAS") 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias: • Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. • Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada. • Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir: • Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo. • Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado. • Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão", enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior. Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 31. ***d. Contas a receber*** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 31 – Risco de crédito de clientes). ***e. Estoques*** - Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações. ***f. Investimentos*** - As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias. ***g. Imobilizado*** - Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19). As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens. ***h. Arrendamento mercantil*** - • Arrendamento mercantil financeiro - Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i). • Arrendamento mercantil operacional - São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 32.c). ***i. Intangível*** - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13): • Ágios por expectativa de rentabilidade futura ("ágio") são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade. • Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato. • Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi). ***j. Demais ativos*** - Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u). ***k. Passivos financeiros*** - Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados. ***l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido*** - O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9. ***m. Provisão para retirada de tanques*** - Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. ***n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*** - As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20). ***o. Benefícios pós-emprego*** - Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado. ***p. Demais passivos*** - Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. ***q. Transações em moeda estrangeira*** - As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação. ***r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior*** - Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada exercício e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão" e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 2016 totalizou R$ 7.519 de ganho cambial (R$ 66.925 de ganho cambial em 2015), vide nota explicativa nº 23.f. As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

Controlada	Moeda funcional	País
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiteno Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiteno Uruguay S.A. ("Oxiteno Uruguay") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano ("US$"), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda. A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiteno Andina, C.A. ("Oxiteno Andina") estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. Em 9 de março de 2016, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 35, vigente a partir de 10 de março de 2016, que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos: a) DIPRO - *Tipo de Cambio Protegido*: o Bolívar ("VEF") é negociado à taxa de 9,975 VEF/US$ para compra e 10,00 VEF/US$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; e b) DICOM - *Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado*: o Bolívar é negociado à taxa de 673,7617 VEF/US$ para venda e reduzido em 0,25% para compra, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas. Os tipos de câmbio anteriormente regulamentados pelo Convênio Cambial nº 33 foram extintos. Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina e a alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD - *Sistema Complementario de Administración de Divisas* para a SIMADI - *Sistema Marginal de Divisas*, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Assim, a partir de 31 de dezembro de 2015 os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SIMADI e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. Devido ao Convênio Cambial nº 35, a partir de 10 de março de 2016, a Sociedade passou a usar a taxa de câmbio DICOM na conversão. Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2016 totalizou R$ 3.425 (ganho de R$ 6.243 em 2015). ***s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos*** - Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 31), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 31), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 22 e 31). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas. ***t. Redução ao valor recuperável de ativos*** - A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa - "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 13.i). ***u. Ajuste a valor presente*** - A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente. ***v. Combinação de negócios*** - Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. ***w. Demonstrações de valor adicionado*** - Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar. ***x. Demonstrações dos fluxos de caixa*** - A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidados, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. ***y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS*** - As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2016:

	CPC correspondente	Vigente em
• Divulgação do IAS 7 (*Disclosure Initiative - Amendments to IAS* 7): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento.	03 (R2)	2017
• Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido Ativo IAS 12 (*Recognition of Deferred Tax Assets for Unrealised Losses -Amendments to IAS* 12): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.	32	2017
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de *impairment* para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de *hedge*.	48	2018
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	47	2018
• Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	*	2019

(*) O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente a esse IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.
A adoção dos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.
A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.
***z. Autorização para a emissão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	1.052	6.708	1.174.458	801.587
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	34.775	35.013
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	218.458	433.669
Total de aplicações financeiras	1.052	6.708	1.427.691	1.270.269
Circulante	1.052	6.708	1.412.587	803.304
Não circulante	-	-	15.104	466.965

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 31).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	2016	2015
Clientes nacionais	3.315.783	2.971.019
Financiamentos a clientes – Ipiranga	466.277	350.119
Clientes estrangeiros	180.679	199.081
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233.332)	(200.816)
	3.729.407	3.319.403
Circulante	3.502.322	3.167.164
Não circulante	227.085	152.239

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2016	3.962.739	3.326.934	167.790	44.152	23.738	60.150	339.975
2015	3.520.219	3.080.681	113.136	22.834	13.473	30.411	259.684

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2014	178.444
Adições	44.380
Baixas	(22.008)
Saldo em 2015	200.816
Adições	48.402
Baixas	(15.886)
Saldo em 2016	233.332

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 31 – Risco de crédito de clientes.

6 ESTOQUES (CONSOLIDADO)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	2016			2015		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	425.335	(19.801)	405.534	400.994	(7.649)	393.345
Produtos em elaboração	2.011	-	2.011	1.723	-	1.723
Matérias-primas	246.974	(1.147)	245.827	257.700	(1.026)	256.674
Gás liquefeito de petróleo - GLP	71.466	(5.761)	65.705	58.875	(5.761)	53.114
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.317.042	(2.851)	1.314.191	1.205.598	(729)	1.204.869
Materiais de consumo e outros itens para revenda	138.610	(7.619)	130.991	103.013	(9.259)	93.754
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	352.187	(9.985)	342.202	303.603	(9.568)	294.035
Adiantamentos a fornecedores	228.871	-	228.871	171.726	-	171.726
Imóveis para revenda	25.982	(107)	25.875	25.997	-	25.997
	2.808.478	(47.271)	2.761.207	2.529.229	(33.992)	2.495.237

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 2014	46.325
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.003
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(14.336)
Saldo em 2015	33.992
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	12.393
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	886
Saldo em 2016	47.271

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2016	2015
Ajuste ao valor de realização	26.530	14.137
Obsolescência e outras perdas	20.741	19.855
Total	47.271	33.992

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ e CSLL	72.630	52.055	195.276	197.890
ICMS	-	-	459.255	350.325
Provisão para perdas de ICMS [1]	-	-	(68.683)	(64.891)
PIS e COFINS	-	-	109.552	248.254
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina, Oxiteno Uruguay e Ultrapar International	-	-	22.121	22.791
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	3.121	4.542
Outros	-	1	3.747	5.316
Total	72.630	52.056	724.389	764.227
Circulante	37.620	48.019	541.772	628.778
Não circulante	35.010	4.037	182.617	135.449

[1] A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 2014	67.657
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	(2.766)
Saldo em 2015	64.891
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	3.792
Saldo em 2016	68.683

8 PARTES RELACIONADAS

a. Sociedades relacionadas

• Controladora

	Ativo	Passivo	Resultado financeiro
	Debêntures [1]	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.425	-	126.968
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	679	-
Total em 2016	772.425	679	126.968

	Ativo	Passivo	Resultado financeiro
	Debêntures [2]	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	782.404	-	146.185
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5	-
Total em 2015	782.404	5	146.185

[1] Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua terceira emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI. [2] Em março de 2009, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI. As debêntures subscritas pela Ultrapar foram liquidadas na data de seu vencimento.

• Consolidado - Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber [1]	A pagar [1]
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.534
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.259	5.820
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	18.186
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2016	490	4.272	7.259	25.540

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber [1]	A pagar [1]
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.506
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	12.553	6.562
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	23.784
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2015	490	4.372	12.553	31.852

[1] Incluídas nas rubricas de "contas a receber de clientes" e "fornecedores", respectivamente.

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	18.079
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	958.007
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	13.329	1.424
Total em 2016	13.335	977.510

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.353
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	615.014
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	18.205	-
Total em 2015	18.211	627.367

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas. ***b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)*** - A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas. A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b). A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Remuneração de curto prazo	40.306	37.759
Remuneração em ações	5.427	6.126
Benefício pós-emprego	3.336	2.936
Remuneração de longo prazo	2.473	2.302
Total	51.542	49.123

c. Plano de ações - Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 ("Plano de Ações"). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão. O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(2.427)	14.720
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(14.582)	26.628
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(2.887)	3.112
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(6.867)	4.587
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(13.563)	5.535
14 de dezembro de 2011	80.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(4.522)	750
10 de novembro de 2010	86.672	2015 a 2017	26,78	9.602	(9.221)	381
16 de dezembro de 2009	-	2014 a 2016	20,75	7.155	(7.155)	-
9 de novembro de 2006	-	2016	11,62	3.322	(3.322)	-
	1.500.072			120.259	(64.546)	55.713

Em 2016, a amortização de R$ 18.372 (R$ 16.935 em 2015) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 2014	2.212.864
Ações transferidas aos administradores	(455.600)
Cancelamento de outorgas de ações devido a interrupção de vínculo empregatício do administrador beneficiado	(30.000)
Saldo em 2015	1.727.264
Ações outorgadas em 4 de março de 2016	190.000
Ações transferidas aos administradores	(417.192)
Saldo em 2016	1.500.072

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos - A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	46.254	41.428
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	29	22	163.096	140.707
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	54.185	42.297
Provisão para diferenças caixa *vs.* competência	-	-	18.452	989
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	17.823	33.894
Combinação de negócios – base fiscal *vs.* base contábil do ágio	-	-	68.064	72.691
Provisão para retirada de tanques	-	-	23.419	22.418
Demais provisões	22.433	8.658	136.463	145.336
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	78.682	59.233
Total	22.462	8.680	606.438	558.993
Compensações de saldos passivos (*)	-	-	(189.094)	(252.988)
Saldos líquidos apresentados no ativo	22.462	8.680	417.344	306.005
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.640	2.887
Arrendamento mercantil	-	-	3.899	4.426
Provisão para diferenças caixa *vs.* competência	-	-	59.264	184.951
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	74.895	17.794
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	46.202	47.110
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	2.290	2.855
Demais provisões	-	-	7.549	5.981
Total	-	-	196.739	266.004
Compensações de saldos ativos (*)	-	-	(189.094)	(252.988)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	7.645	13.016

(*) Os saldos do ativo e do passivo de 2015 foram reclassificados para manter a comparabilidade e a consistência com o critério utilizado em 2016 de compensação do ativo fiscal diferido contra o passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária, conforme apresentado abaixo:

	2015		
	Valores anteriormente apresentados	Reclassificações	Valores reclassificados
Ativo – Imposto de renda e contribuição social diferidos	558.993	(252.988)	306.005
Passivo – Imposto de renda e contribuição social diferidos	266.004	(252.988)	13.016

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2016	2015
Saldo inicial	292.989	309.726
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	100.505	(14.813)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	18.938	(2.250)
Outros	(2.733)	326
Saldo final	409.699	292.989

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	90	153.365
De 1 a 2 anos	7.447	81.719
De 2 a 3 anos	7.477	67.003
De 3 a 5 anos	7.448	138.295
De 5 a 7 anos	-	109.636
De 7 a 10 anos	-	56.420
	22.462	606.438

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado - Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(26.221)	69.633	2.263.134	2.258.192
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	8.915	(23.675)	(769.466)	(767.785)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(176)	(277)	(57.961)	(70.540)
Receitas não tributáveis (ii)	13	11	7.561	3.753
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	14.218	12.926
Juros sobre capital próprio (iv)	(364)	-	(364)	-
Demais ajustes	15	24	7.108	4.874
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	8.403	(23.917)	(798.904)	(816.772)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	98.912	82.436
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	8.403	(23.917)	(699.992)	(734.336)
Corrente	(5.379)	(31.119)	(899.409)	(801.959)
Diferido	13.782	7.202	100.505	(14.813)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	98.912	82.436
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	32,0	34,3	30,9	32,5

(i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões; (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões; (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas; e (iv) Opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que não afeta o resultado do exercício, mas é dedutível para fins de imposto de renda.

c. Incentivos fiscais - SUDENE - As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe [1]	75	2024
	Base de Caucaia [2]	75	2025
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui [3]	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari [4]	75	2016

[1] Em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2024, por meio de laudo expedido em 30 de dezembro de 2015. Em 19 de janeiro de 2016, o laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre o laudo, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2016, retroativo a janeiro de 2015 no montante de R$ 11.676. [2] Em virtude de modernização com ampliação efetuada na base de Caucaia, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2025, por meio de laudo expedido em 1 de junho de 2016. Em 15 de junho de 2016, o laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre o laudo, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2016, retroativo a janeiro de 2016 no montante de R$ 4.192. [3] Em virtude de implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis – Maranhão, a SUDENE aprovou a redução de Imposto de Renda de 75% até 2025, por meio do laudo expedido em 4 de novembro de 2016. Em 28 de novembro de 2016, o laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias. [4] Será protocolado na SUDENE, no 1º trimestre de 2017, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar - Em 2016, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R$ 236.956 (R$ 190.359 em 2015) e bases negativas de CSLL no montante de R$ 216.036 (R$ 129.368 em 2015), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre tais valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R$ 78.682 em 2016 (R$ 59.233 em 2015).

10 DESPESAS ANTECIPADAS (CONSOLIDADO)

	2016	2015
Aluguéis	196.944	114.439
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	44.719	45.889
Propaganda e publicidade	37.833	25.195
Prêmios de seguros	46.896	24.644
Manutenção de *software*	12.478	8.937
Compras de vale alimentação e transporte	1.526	1.757
Tributos e demais despesas antecipadas	6.005	7.279
	346.401	228.140
Circulante	123.883	81.476
Não circulante	222.518	146.664

11 INVESTIMENTOS

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora) - Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	2016				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ultrapar Participações S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.197.373	5.320.676	14.180.685	2.428.309	403.847
Passivo	2.634	2.770.876	9.745.731	2.417.761	267.086
Patrimônio líquido	1.194.739	2.549.859(*)	4.434.954	10.548	136.761
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.201.965	66.191.909	-	1.490.516
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	105.913	231.415(*)	1.212.395	(65)	89.586
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

	2015				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.		Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244		5.078.888
Ativo	1.093.260	3.469.471	13.599.752		348.217
Passivo	4.168	534.215	10.004.718		253.306
Patrimônio líquido	1.089.092	2.935.315(*)	3.595.034		94.911
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.203.462	65.235.322		974.807
Lucro líquido do exercício	4.498	423.062(*)	1.015.100		27.647
Participação no capital social - %	100	100	100		33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 30. A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas						Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A.- Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-sul Administração e Participações Ltda.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 2014	**1.084.893**	**3.020.625**	**2.013.962**	**980.044**	**-**	**7.099.524**	**24.076**	**7.123.600**
Equivalência patrimonial	4.498	423.062	1.015.100	6.842	-	1.449.502	8.248	1.457.750
Dividendos	-	(531.860)	(431.607)	-	-	(963.467)	(2.345)	(965.812)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(120)	-	-	(120)	-	(120)
Ajustes de avaliação patrimonial	(299)	(245)	10.813	-	-	10.269	1.535	11.804
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	23.733	-	-	-	23.733	-	23.733
Reorganização societária (*)	-	-	986.886	(986.886)	-	-	-	-
Saldo em 2015	**1.089.092**	**2.935.315**	**3.595.034**	**-**	**-**	**7.619.441**	**31.514**	**7.650.955**
Aporte de capital	-	-	-	-	10.613	10.613	-	10.613
Equivalência patrimonial	105.913	231.415	1.212.395	-	(65)	1.549.658	29.745	1.579.403
Dividendos	-	(544.626)	(345.533)	-	-	(890.159)	(12.915)	(903.074)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(42)	-	-	(42)	-	(42)
Ajustes de avaliação patrimonial	(266)	(12.839)	(26.900)	-	-	(40.005)	(2.935)	(42.940)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(59.406)	-	-	-	(59.406)	-	(59.406)
Saldo em 2016	**1.194.739**	**2.549.859**	**4.434.954**	**-**	**10.548**	**8.190.100**	**45.409**	**8.235.509**

(*) Para maiores informações sobre a reorganização societária, vide nota explicativa nº 3.a das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

UGPA3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA · UGP LISTED NYSE · IBOVESPA · Índice Valor Bovespa IVBX 2 · Índice Brasil Amplo BM&FBOVESPA IBRA · Índice Brasil IBRX · Índice Brasil 50 IBRX 50 · Índice Carbono Eficiente ICO2 · Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado IGC-NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado) - A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense ("RPR"), que tem como atividade principal o refino de petróleo. A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. ("Ultracargo Participações") participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. ("União Vopak"), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá. A controlada IPP participa da ConectCar, constituída em novembro de 2012, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamentos nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal, e no segmento de pagamento eletrônico de combustíveis em todo território nacional. Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 2016. A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

Movimentação dos investimentos	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 2014	**4.960**	**24.076**	**25.472**	**54.508**
Aporte de capital	-	-	37.080	37.080
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	4.000	4.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.535	-	1.535
Equivalência patrimonial	699	8.248	(23.234)	(14.287)
Dividendos recebidos	(1.114)	(2.345)	-	(3.459)
Saldo em 2015	**4.545**	**31.514**	**43.318**	**79.377**
Aporte de capital	-	-	47.281	47.281
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.935)	-	(2.935)
Equivalência patrimonial	(27)	29.745	(24.384)	5.334
Dividendos recebidos	-	(12.915)	-	(12.915)
Saldo em 2016	**4.518**	**45.409**	**66.215**	**116.142**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

2016	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.228	286.916	93.634
Ativo não circulante	6.383	116.931	116.243
Passivo circulante	700	198.619	77.448
Passivo não circulante	876	68.467	-
Patrimônio líquido	9.035	136.761	132.429
Receita líquida	12.030	1.490.516	30.058
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.430)	(1.361.551)	(105.800)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	346	(39.379)	26.974
Lucro (prejuízo) líquido	(54)	89.586	(48.768)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

2015	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Receita líquida	12.026	974.807	18.410
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(10.198)	(926.392)	(89.431)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(430)	(20.768)	24.553
Lucro (prejuízo) líquido	1.398	27.647	(46.468)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

c. Sociedades coligadas (Consolidado) - A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural. A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio ("Oxiteno S.A.") participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada Companhia Ultragaz S.A. ("Cia. Ultragaz") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2016, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 2016.
A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

Movimentação dos investimentos	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Total
Saldo em 2014	**6.212**	**3.090**	**3.676**	**165**	**13.143**
Aumento de capital	-	10.368[1]	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(1.924)	(3.453)	-	-	(5.377)
Equivalência patrimonial	1.455	1.995	8	(55)	3.403
Saldo em 2015	**5.743**	**12.000**	**3.684**	**110**	**21.537**
Dividendos recebidos	(948)	-	-	-	(948)
Equivalência patrimonial	1.206	981	(6)	(39)	2.142
Saldo em 2016	**6.001**	**12.981**	**3.678**	**71**	**22.731**

[1] Em 2015 os acionistas da Oxicap realizaram aumento de capital, tendo a Oxiteno S.A. reduzido sua participação de 25% para 15%, aproximadamente.
Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

2016	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.524	28.358	220	169	1.178
Ativo não circulante	17.570	70.034	10.246	1.682	2.821
Passivo circulante	759	7.125	1	21	53
Passivo não circulante	332	5.226	3.109	1.616	1.667
Patrimônio líquido	24.003	86.041	7.356	214	2.279
Receita líquida	9.955	52.751	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.194)	(39.539)	(60)	(189)	574
Resultado financeiro e imposto de renda	63	(6.837)	49	(19)	68
Lucro (prejuízo) líquido	4.824	6.375	(11)	(208)	642
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

2015	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643
Receita líquida	10.628	42.799	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.703)	(14.050)	(34)	(172)	1.792
Resultado financeiro e imposto de renda	(7)	(9.973)	49	8	14
Lucro (prejuízo) líquido	5.918	18.776	15	(164)	1.806
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

12 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2015	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2016
Custo:								
Terrenos	-	524.159	157	-	218	(202)	(3.757)	520.575
Edificações	30	1.382.603	11.597	-	68.989	(281)	(22.704)	1.440.204
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	701.183	11.109	-	87.312	(3.078)	(5)	796.521
Máquinas e equipamentos	13	3.991.839	117.157	-	164.883	(10.209)	(38.614)	4.225.056
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.282.462	113.162	-	56.213	(22.758)	-	2.429.079
Tanques e vasilhames para GLP	11	541.351	107.582	-	1.435	(30.857)	-	619.511
Veículos	7	258.776	25.882	-	5.559	(18.575)	(509)	271.133
Móveis e utensílios	10	170.695	27.319	-	8.955	(1.315)	(1.104)	204.550
Obras em andamento	-	437.533	487.651	-	(384.335)	(535)	(17.029)	523.285
Adiantamentos a fornecedores	-	12.125	102.465	-	(13.781)	-	(4.386)	96.423
Importações em andamento	-	1.201	8.007	-	(8.895)	-	(255)	58
Equipamentos de informática	5	260.685	27.574	-	3.448	(1.561)	(1.441)	288.705
		10.564.612	1.039.662	-	(9.999)	(89.371)	(89.804)	11.415.100
Depreciação acumulada:								
Edificações		(591.831)	-	(43.778)	13	151	2.537	(632.908)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(359.117)	-	(55.913)	339	2.235	7	(412.449)
Máquinas e equipamentos		(2.241.244)	-	(242.419)	3.099	9.536	(3.476)	(2.474.504)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.270.797)	-	(130.613)	-	18.341	-	(1.383.069)
Tanques e vasilhames para GLP		(249.234)	-	(40.941)	-	13.761	-	(276.414)
Veículos		(92.457)	-	(19.991)	-	11.234	132	(101.082)
Móveis e utensílios		(110.259)	-	(11.146)	5	868	(215)	(120.747)
Equipamentos de informática		(203.793)	-	(19.225)	(3)	1.488	1.112	(220.421)
		(5.118.732)	-	(564.026)	3.453	57.614	97	(5.621.594)
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(659)	(4)	-	-	-	103	(560)
Máquinas e equipamentos		(4.739)	(281)	-	-	325	348	(4.347)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.306)	-	-	-	970	-	(336)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	(1)
		(6.985)	(285)	-	-	1.295	451	(5.524)
Custo líquido		5.438.895	1.039.377	(564.026)	(6.546)	(30.462)	(89.256)	5.787.982

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2015
Custo:								
Terrenos	-	476.107	45.843	-	3.077	(4.947)	4.079	524.159
Edificações	31	1.275.728	14.521	-	86.725	(4.060)	9.689	1.382.603
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	631.342	17.825	-	55.615	(3.599)	-	701.183
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	99.038	-	108.286	(12.300)	(112.660)	3.991.839
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.096.563	121.746	-	81.386	(17.233)	-	2.282.462
Tanques e vasilhames para GLP	12	494.691	83.608	-	2.777	(39.725)	-	541.351
Veículos	7	244.467	21.883	-	11.358	(18.341)	(591)	258.776
Móveis e utensílios	9	156.115	14.198	-	4.888	(440)	(4.066)	170.695
Obras em andamento	-	372.974	373.774	-	(337.967)	(2.550)	31.302	437.533
Adiantamentos a fornecedores	-	19.527	10.685	-	(18.095)	-	8	12.125
Importações em andamento	-	59	1.959	-	(817)	-	-	1.201
Equipamentos de informática	5	239.930	24.255	-	1.124	(4.810)	186	260.685
		9.916.978	829.335	-	(1.643)	(108.005)	(72.053)	10.564.612
Depreciação acumulada:								
Edificações		(565.308)	-	(40.766)	15	1.919	12.309	(591.831)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(48.132)	1	2.661	-	(359.117)
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(234.792)	(240)	9.005	143.173	(2.241.244)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.164.074)	-	(116.010)	-	9.287	-	(1.270.797)
Tanques e vasilhames para GLP		(231.001)	-	(34.392)	(136)	16.295	-	(249.234)
Veículos		(90.004)	-	(15.769)	369	12.126	821	(92.457)
Móveis e utensílios		(105.483)	-	(10.050)	-	323	4.951	(110.259)
Equipamentos de informática		(189.859)	-	(16.872)	(7)	3.667	(722)	(203.793)
		(4.817.766)	-	(516.783)	2	55.283	160.532	(5.118.732)
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		-	(83)	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	-	2	(199)	(659)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	(1.137)	-	-	2.964	(671)	(4.739)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		-	(1.342)	-	-	36	-	(1.306)
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	683	-	-
Móveis e utensílios		(4)	(1)	-	-	4	-	(1)
		(7.241)	(2.563)	-	-	3.689	(870)	(6.985)
Custo líquido		5.091.971	826.772	(516.783)	(1.641)	(49.033)	87.609	5.438.895

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição. Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

13 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2015	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2016
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	(1.695)	-	1.454.484
Software (ii)	5	539.522	99.734	-	7.601	(7)	(5.159)	641.691
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	36.588	7.303	-	-	(633)	-	43.258
Fundo de comércio (v)	5	3.278.487	543.527	-	(170.698)	-	-	3.651.316
Marcas (vi)	-	120.944	-	-	-	-	(8.008)	112.936
Outros (vii)	4	46.951	607	-	(5.960)	(980)	(1.446)	39.172
		5.511.288	651.171	-	(169.057)	(3.315)	(14.613)	5.975.474
Amortização acumulada:								
Software		(350.760)	-	(49.380)	(2)	7	3.433	(396.702)
Tecnologia		(31.256)	-	(1.213)	-	-	-	(32.469)
Direitos de propriedade comercial		(16.979)	-	(3.148)	-	559	-	(19.568)
Fundo de comércio		(1.802.989)	-	(493.348)	164.511	-	-	(2.131.826)
Outros		(15.369)	-	(7.835)	(83)	-	(23)	(23.310)
		(2.217.353)	-	(554.924)	164.426	566	3.410	(2.603.875)
Custo líquido		3.293.935	651.171	(554.924)	(4.631)	(2.749)	(11.203)	3.371.599

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2014	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2015
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	451.936	82.612	-	453	(59)	4.580	539.522
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	31.881	4.994	-	-	(287)	-	36.588
Fundo de comércio (v)	5	2.762.985	515.502	-	-	-	-	3.278.487
Marcas (vi)	-	105.458		-	2	-	15.484	120.944
Outros (vii)	4	38.606	6.492	-	(79)	-	1.932	46.951
		4.879.662	609.600	-	376	(346)	21.996	5.511.288
Amortização acumulada:								
Software		(303.780)	-	(44.346)	-	59	(2.693)	(350.760)
Tecnologia		(29.471)	-	(1.785)	-	-	-	(31.256)
Direitos de propriedade comercial		(14.545)	-	(2.643)	-	209	-	(16.979)
Fundo de comércio		(1.366.128)	-	(433.869)	(2.992)	-	-	(1.802.989)
Outros		(7.625)	-	(7.821)	96	-	(19)	(15.369)
		(1.721.549)	-	(490.464)	(2.896)	268	(2.712)	(2.217.353)
Custo líquido		3.158.113	609.600	(490.464)	(2.520)	(78)	19.284	3.293.935

i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.
A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

Ágio na aquisição de:	Segmento	2016	2015
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Outros	Oxiteno	583	2.278
		1.454.484	1.456.179

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo: Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas. Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2016 variaram de 10,4% a 16,6% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxiteno Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 287,9%. Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2017 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram consideradas a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos. Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2017 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos. O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas resultou na necessidade de reconhecimento de perda no montante de R$ 2.114, sendo R$ 1.695 de ágio e R$ 419 de outros ativos intangíveis para a controlada Oxiteno Andina (vide a linha "outros" na tabela acima) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O principal motivo para a perda identificada deve-se a conjuntura econômica e política da Venezuela. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda. **ii)** *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros. **iii)** As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia. **iv)** Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir: • A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042. • A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022. • A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado. **v)** Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. **vi)** Marcas representam os custos de aquisição da marca *'am/pm'* no Brasil e da marca Extrafarma. **vii)** Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.
As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	14.593	11.522
Despesas com vendas e comerciais	492.973	436.253
Despesas gerais e administrativas	47.358	42.689
	554.924	490.464

14 FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

a. Composição

Descrição	2016	2015	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2016 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.412.112	-	US$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	942.456	1.111.721	US$ + LIBOR (i)	+0,7	2017 a 2018
Financiamento externo (c.1) (*)	486.451	576.645	US$	+2,1	2017 a 2018
Financiamento externo (c.2, c.3 e c.4)	332.650	397.586	US$ + LIBOR (i)	+1,4	2017 a 2018
Instituições financeiras (e)	195.021	77.800	US$ + LIBOR (i)	+3,0	2019 a 2021
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	111.066	222.478	US$	+3,0	< 219 dias
Instituições financeiras (e)	109.859	142.779	US$	+2,7	2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	32.582	50.132	US$	+2,7	< 82 dias
Instituições financeiras (e)	24.586	-	MX$ (ii)	+6,6	2017
Instituições financeiras (e)	9.569	27.110	MX$ + TIIE (ii)	+1,0	2017
BNDES (d)	7.137	24.057	US$	+6,0	2017 a 2020
Instituições financeiras (e)	435	-	Bs$ (vii)	+24,0	2017
Subtotal	4.663.924	2.630.308			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.956.547	3.115.752	CDI	107,4	2017 a 2022
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.2 e g.4)	1.914.498	1.413.101	CDI	107,1	2017 a 2021
Debêntures – 5ª emissão (g.3)	832.383	833.114	CDI	108,3	2018
BNDES (d)	307.593	409.339	TJLP (iii)	+2,4	2017 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	158.753	158.648	CDI	101,5	2018
BNDES (d)	71.430	30.878	SELIC (vi)	+2,3	2017 a 2021
BNDES EXIM	62.084	-	TJLP (iii)	+3,5	2018
FINEP	48.667	61.724	R$	+4,0	2017 a 2021
Arrendamento mercantil financeiro (i)	48.566	45.480	IGP-M (v)	+5,6	2017 a 2031
Banco do Nordeste do Brasil	47.120	66.096	R$ (iv)	+8,5	2017 a 2021
BNDES (d)	40.309	49.681	R$	+5,5	2017 a 2022
FINEP	34.613	11.174	TJLP (iii)	+0,9	2017 a 2023
BNDES EXIM	28.056	-	SELIC (vi)	+3,9	2018
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	109	319	CDI	+2,8	2017
FINAME	80	255	TJLP (iii)	+5,7	2017 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	41	95	R$	+15,6	2017
Nota de crédito à exportação (h) (*)	-	27.039	R$		
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	-	1.160	R$		
Subtotal	6.550.849	6.223.855			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	202.357	47.445			
Total	11.417.130	8.901.608			
Circulante	2.475.604	1.097.855			
Não circulante	8.941.526	7.803.753			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de proteção). (**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 31).
(i) LIBOR = London Interbank Offered Rate. (ii) MX$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio. (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de dezembro de 2016, a TJLP estava fixada em 7,5% a.a. (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%. (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia. (vii) Bs$ = Bolívar.
Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2016	2015
De 1 a 2 anos	3.203.383	3.393.586
De 2 a 3 anos	1.699.009	3.165.603
De 3 a 4 anos	693.993	1.155.809
De 4 a 5 anos	554.162	38.585
Mais de 5 anos	2.790.979	50.170
	8.941.526	7.803.753

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j). Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 31). ***b. Notas no mercado externo*** - Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International emitiu US$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 31). Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles: • Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP. • Restrição de gravames em ativos superior a US$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados. A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento. ***c. Financiamentos externos*** - 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa nº 31). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.
Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
Total / custo médio	440,0	102,1

2) A controlada Oxiteno Overseas Corp. ("Oxiteno Overseas") possui financiamento externo no montante de US$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 31). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A. Em 20 de dezembro de 2016, a controlada Oxiteno Overseas contratou novo financiamento externo no montante de US$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas: • Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5. • Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5. A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES - A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro. Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado: • nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e • nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3. A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento. ***e. Instituições financeiras*** - As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC ("Oxiteno USA"), Oxiteno Uruguay e Oxiteno Andina possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro. Em fevereiro de 2016, a controlada Oxiteno USA contratou financiamento no montante de US$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. Os recursos serão utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste. Em setembro de 2016, a controlada Oxiteno USA renegociou empréstimo no valor de US$ 20 milhões, alterando seu vencimento de outubro de 2017 para setembro de 2021 com encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela Oxiteno S.A. ***f. Banco do Brasil*** - A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). Em 2016 a controlada IPP renegociou os seguintes empréstimos junto ao Banco do Brasil: • R$ 167 milhões de valor principal, alterando seu vencimento de fevereiro de 2016 para fevereiro de 2019 com taxa pós-fixada de 114% do CDI; e • R$ 100 milhões e R$ 909,5 milhões de valor principal, alterando seus vencimentos de maio de 2016 e janeiro de 2017, respectivamente, para maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022, com taxa pós-fixada de 110,9% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2016):

Vencimento	
jul/2017	177.259
nov/2017	101.364
jan/2018	177.259
abr/2018	101.364
fev/2019	170.013
mai/2019	1.209.440
mai/2020	339.949
mai/2021	339.949
mai/2022	339.950
Total	2.956.547

g. Debêntures - 1) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

2) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

3) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

4) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos captados pela emissão serão empregados na aquisição de etanol pela controlada, tendo a controlada à obrigação de comprovar a alocação dos recursos em até 12 meses da subscrição. ***h. Nota de crédito à exportação*** - A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de nota de crédito à exportação no montante de R$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente. Em março de 2016, a controlada Oxiteno Nordeste liquidou na data do vencimento, contrato de nota de crédito à exportação no montante de R$ 17,5 milhões, com encargo financeiro de 8% a.a., liquidando também seu respectivo instrumento de proteção. Em agosto de 2016, a controlada Oxiteno Nordeste liquidou, na data do vencimento, contrato de nota de crédito à exportação no montante de R$ 10,0 milhões, com encargo financeiro de 8% a.a., liquidando também seu respectivo instrumento de proteção. ***i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro*** - A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031. A controlada Extrafarma mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a *software*, com prazos que variam de 48 a 60 meses. Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	2016		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	*Software*	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	17.078	223	17.301
Financiamento (valor presente)	48.566	150	48.716
Circulante	2.465	150	2.615
Não circulante	46.101	-	46.101

	2015			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e *software*	Veículos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	19.890	438	95	20.423
Financiamento (valor presente)	45.480	396	18	45.894
Circulante	2.107	260	18	2.385
Não circulante	43.373	136	-	43.509

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	2016		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	*Software*	Total
Até 1 ano	4.876	156	5.032
De 1 a 2 anos	4.876	-	4.876
De 2 a 3 anos	4.876	-	4.876
De 3 a 4 anos	4.876	-	4.876
De 4 a 5 anos	4.876	-	4.876
Mais de 5 anos	45.516	-	45.516
Total	69.896	156	70.052

	2015			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e *software*	Veículos	Total
Até 1 ano	4.371	287	18	4.676
De 1 a 2 anos	4.371	155	-	4.526
De 2 a 3 anos	4.371	-	-	4.371
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	4.371
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	4.371
Mais de 5 anos	45.165	-	-	45.165
Total	67.020	442	18	67.480

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP. ***j. Custos de transação*** - Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2015	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2016
Banco do Brasil (f)	0,2	11.883	3.529	(3.230)	12.182
Financiamentos externos (c)	0,2	4.649	-	(2.438)	2.211
Debêntures (g)	0,1	1.801	6.407	(1.373)	6.835
Notas no mercado externo (b)	0,0	-	16.821	(209)	16.612
Outros	0,2	545	2.079	(672)	1.952
Total		18.878	28.836	(7.922)	39.792

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2014	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2015
Banco do Brasil (f)	0,3	14.474	600	(3.191)	11.883
Financiamento externo (c)	0,3	3.016	3.151	(1.518)	4.649
Debêntures (g)	0,0	2.157	958	(1.314)	1.801
Notas no mercado externo	0,2	1.309	-	(1.309)	-
Outros	0,5	318	367	(140)	545
Total		21.274	5.076	(7.472)	18.878

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	4.117	4.628	2.317	599	385	136	12.182
Financiamento externo (c)	1.446	765	-	-	-	-	2.211
Debêntures (g)	2.125	2.066	1.447	909	288	-	6.835
Notas no mercado externo	1.314	1.387	1.464	1.546	1.632	9.269	16.612
Outros	524	536	496	374	22	-	1.952
Total	9.526	9.382	5.724	3.428	2.327	9.405	39.792

k. Garantias - Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R$ 56.570 em 2016 (R$ 52.312 em 2015) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R$ 7.069.482 em 2016 (R$ 4.369.977 em 2015). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R$ 215.988 em 2016 (R$ 187.551 em 2015) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R$ 59.316 em 2016 (R$ 133.154 em 2015). Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de "*vendor*"). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R$ 30.764 em 2016 (R$ 27.106 em 2015), com vencimentos de até 213 dias. Até 31 de dezembro de 2016, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R$ 743 em 2016 (R$ 656 em 2015), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

15 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	2016	2015
Fornecedores nacionais	1.620.388	1.390.204
Fornecedores estrangeiros	89.265	70.328
	1.709.653	1.460.532

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	2016	2015
Provisões sobre folha de pagamento	162.216	149.818
Participação nos lucros, bônus e prêmios	140.504	201.579
Encargos sociais	49.812	43.782
Salários e honorários	7.893	6.993
Benefícios	1.938	1.558
Outros	355	583
	362.718	404.313

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (CONSOLIDADO)

	2016	2015
ICMS	105.160	111.107
PIS e COFINS	25.287	11.165
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	3.620	2.418
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno USA, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	16.148	26.342
IPI	5.965	4.949
ISS	8.074	6.976
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	5.305	3.309
Outros	1.474	2.538
	171.033	168.804

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (CONSOLIDADO)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar - Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2016, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R$ 23.261 (R$ 22.216 em 2015) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2016 atingiu 8.876 participantes ativos e 214 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 28 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas. ***b. Benefícios pós-emprego*** - A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2016, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	2016	2015
Plano de Assistência Médica e Odontológica[1]	32.826	24.869
Multa FGTS	64.654	59.517
Gratificação	32.815	28.835
Seguro de vida[1]	14.456	13.374
Total	144.751	126.595
Circulante	24.940	13.747
Não circulante	119.811	112.848

[1] somente aplicável à Ipiranga.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	2016	2015
Saldo inicial	126.595	119.791
Custo dos serviços correntes	3.636	6.395
Custo dos juros	14.538	13.681
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	11.818	(6.288)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(10.971)	(6.984)
Variação cambial de benefício pós-emprego de controladas no exterior	(865)	-
Saldo final	144.751	126.595

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	2016	2015
Plano de Assistência Médica e Odontológica	3.065	3.291
Multa FGTS	9.068	10.445
Gratificação	4.455	4.352
Seguro de vida	1.586	1.683
Total	18.174	19.771

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	2016 % a.a.	2015 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	11,46	12,71
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	8,90	8,98
Taxa de inflação (longo prazo)	5,0	5,0
Taxa de crescimento dos serviços médicos	9,20	9,20

Hipóteses demográficas
Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983
Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

Análise de sensibilidade - As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2016 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	8.521	diminuição 1,0 p.p.	9.797
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	2.244	aumento 1,0 p.p.	2.462
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	3.300	aumento 1,0 p.p.	3.914

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego - Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente. Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente. Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

19 PROVISÃO PARA RETIRADA DE TANQUES (CONSOLIDADO)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m). A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	2016	2015
Saldo inicial	74.716	70.802
Adições (novos tanques)	483	625
Gastos com tanques retirados	(2.785)	(3.949)
Despesa com atualização	5.150	7.238
Saldo final	77.564	74.716
Circulante	4.563	5.232
Não circulante	73.001	69.484

20 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2016
IRPJ e CSLL (a.1.1)	439.923	-	(1.636)	35.203	473.490
PIS e COFINS (a.1.2)	135.818	427	(5.250)	10.117	141.112
ICMS	16.600	6.347	(8.237)	2.389	17.099
Previdenciárias	11.455	846	(376)	1.097	13.022
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	60.293	27.915	(18.973)	115	69.350
Trabalhistas (a.3.1)	65.388	18.949	(21.742)	2.567	65.162
Outras	505	2	-	40	547
Total	729.982	54.486	(56.214)	51.528	779.782
Circulante	45.322				52.694
Não circulante	684.660				727.088

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Tributários	643.423	597.870
Trabalhistas	70.392	77.313
Cíveis e outros	64.955	65.652
Total – ativo não circulante	778.770	740.835

a.1) Provisões tributárias e previdenciárias - a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana") ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R$ 457.868 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 422.678 em 31 de dezembro de 2015). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente. a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA"), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R$ 107.700 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 99.874 em 31 de dezembro de 2015). **a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias** - a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R$ 69.350 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 60.293 em 31 de dezembro de 2015). **a.3) Provisões trabalhistas** - a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R$ 65.162 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 65.388 em 31 de dezembro de 2015) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista. ***b. Passivos contingentes (possíveis)*** - A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R$ 2.252.637 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.069.516 em 31 de dezembro de 2015). **b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R$ 1.519.658 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 1.261.396 em 31 de dezembro de 2015), dos quais se destacam: b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R$ 169.889 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 154.821 em 31 de dezembro de 2015). b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R$ 626.393 em 2016 (R$ 509.604 em 31 de dezembro de 2015). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R$ 283.367 (R$ 294.454 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$ 113.889 (R$ 119.663 em 31 de dezembro de 2015) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R$ 108.786 (R$ 105.070 em 31 de dezembro de 2015); de diferenças de estoque no valor de R$ 147.031 (R$ 103.428 em 31 de dezembro de 2015) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto; e de descumprimento de obrigações acessórias no valor de R$ 17.562 (R$ 6.652 em 31 de dezembro de 2015). b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R$ 450.120 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 308.377 em 31 de dezembro de 2015). **b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R$ 480.065 em 2016 (R$ 582.960 em 31 de dezembro de 2015), dos quais se destacam: b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R$ 31.281. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.2) Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") imputou multa de R$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo evento. Diante da autuação, foi apresentada defesa junto ao órgão ambiental. Em março de 2016, foi julgada desfavorável em primeira instância a impugnação da autuação. Nos termos do julgamento, foi mantido desconto de 30% e a administração da controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos, decidiu efetuar o pagamento em 2016, no montante de R$ 16.032. Adicionalmente, em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo ("MPE"), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal ("MPF"), não havendo, neste momento, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira satisfatória para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 33. b.2.3) No terceiro trimestre de 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos e a controlada Bahiana tornou-se parte em um processo administrativo estabelecido pelo CADE com base em alegações de práticas anti-competitivas no Estado da Paraíba e no Distrito Federal. As suas controladas, em conjunto com seus advogados externos, estão avaliando os fatos e provas e pretendem apresentar a defesa em 2017. De acordo com a Lei 12.529/11 ("Lei de Defesa da Concorrência"), a multa por infração à ordem econômica pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa. Em 31 de dezembro de 2016, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Com base no acima exposto, e suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como "possível", a Administração não reconheceu uma provisão para estas contingências em 31 de dezembro de 2016. Caso seja concluído que as controladas tenham praticado atividades ou comportamento anticoncorrencial, estas poderão incorrer em multas, penalidades e/ou sanções criminais contra as mesmas e/ou determinados executivos, diretores ou funcionários. **b.3) Passivos contingentes trabalhistas** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R$ 252.914 em 31 de dezembro de 2015), dos quais destaca-se: b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

21 RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2016	2015
Taxa inicial de franquia *am/pm* e *Jet Oil*	18.620	16.988
Programa de fidelidade Km de Vantagens	13.062	10.569
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	3.128	7.899
	34.810	35.456
Circulante	22.300	24.420
Não circulante	12.510	11.036

Programas de fidelidade - A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos resgatados por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são descontados da receita de vendas. A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas. A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram. **Taxa inicial de franquia** - A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2016 eram representadas por 2.165 lojas (1.909 lojas em 31 de dezembro de 2015). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2016 eram representadas por 1.594 lojas (1.466 lojas em 31 de dezembro de 2015). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

##

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social - A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* ("ADRs") nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2016 era de R$ 68,45. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2016 estavam em circulação no exterior 28.944.097 ações ordinárias na forma de ADRs (29.385.497 ações em 31 de dezembro de 2015). ***b. Ações em tesouraria*** - A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 31 de dezembro de 2016, 13.131.356 ações ordinárias (13.321.356 ações em 31 de dezembro de 2015) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R$ 36,85 (R$ 36,85 em 31 de dezembro de 2015). ***c. Reserva de capital*** - A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c). Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações. ***d. Reserva de reavaliação*** - A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas. ***e. Reservas de lucros*** - Reserva legal - Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. Reserva de retenção de lucros - Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Reserva estatutária para investimentos - Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social. As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R$ 3.915.964 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 3.329.649 em 31 de dezembro de 2015). Conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia deverá deliberar sobre o excedente da reserva de lucros em relação ao capial social. ***f. Outros resultados abrangentes*** - Ajustes de avaliação patrimonial - São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no desreconhecimento dos instrumentos financeiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro. Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial				
	Valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	Total	Ajustes acumulados de conversão
Em 2014	-	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de *hedge* de investimentos	-	-	-	-	23.733
Variação de valor justo	6.261	1.472	-	7.733	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	6.321	6.321	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(2.250)	(2.250)	-
Em 2015	6.261	1.523	11.169	18.953	66.925
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	(59.406)
Variação de valor justo	(46.470)	(1.523)	-	(47.993)	-
IR e CS sobre valor justo	13.326	-	-	13.326	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(12.435)	(12.435)	-
IR e CS sobre perdas atuariais	-	-	4.162	4.162	-
Em 2016	(26.883)	-	2.896	(23.987)	7.519

g. Dividendos e destinação do resultado do exercício- Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 434.467 (R$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016, pagos a partir de 4 de março de 2016, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2016. Em 10 de agosto de 2016, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2016, no montante de R$ 434.619 (R$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), pagos a partir de 26 de agosto de 2016. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 472.650 (R$ 0,87 – oitenta e sete centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017, e serão pagos a partir de 10 de março de 2017. A proposta de dividendos e de destinação do resultado do exercício reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2016
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.561.585
Reserva legal	(78.078)
Lucro líquido do exercício após reserva legal	1.483.507
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	741.754
Dividendos intermediários pagos - R$ 0,80 por ação	(434.619)
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	307.135
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	165.515
Dividendos propostos a pagar - R$ 0,87 por ação	472.650
Reserva estatutária para investimentos	576.238

24 RECEITA DE VENDAS E DE SERVIÇOS PRESTADOS (CONSOLIDADO)

	2016	2015
Receita de vendas bruta	79.361.004	77.463.652
Receita de serviços prestados bruta	621.823	568.556
Impostos sobre vendas	(1.929.288)	(2.011.860)
Devoluções e abatimentos	(703.305)	(360.777)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	2.721	(4.297)
Receita líquida de vendas e serviços	77.352.955	75.655.274

25 DESPESAS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2016	2015
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	69.173.511	67.763.793
Gastos com pessoal	2.042.985	1.950.776
Fretes e armazenagens	1.077.552	1.134.388
Depreciação e amortização	1.103.538	1.002.647
Propaganda e marketing	200.011	177.336
Serviços prestados por terceiros	318.746	255.750
Aluguel de imóveis e equipamentos	164.740	143.677
Outras despesas	359.000	343.237
Total	74.440.083	72.771.604
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	70.342.723	68.933.702
Despesas com vendas e comerciais	2.651.501	2.516.561
Despesas gerais e administrativas	1.445.859	1.321.341
Total	74.440.083	72.771.604

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R$ 50.129 em 2016 (R$ 41.368 em 2015).

26 RESULTADO NA VENDA DE BENS (CONSOLIDADO)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R$ 6.134 em 2016 (ganho de R$ 27.276 em 2015) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

27 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS (CONSOLIDADO)

	2016	2015
Parceria comercial (1)	59.761	50.763
Merchandising (2)	38.851	29.158
Programa de fidelidade (3)	19.411	22.455
Ajuste de capital de giro e dívida líquida – aquisição Extrafarma (4)	-	13.784
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 33)	76.443	(92.192)
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	-	16.000
Outros	4.506	10.616
Outros resultados operacionais, líquidos	198.972	50.584

(1) Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis. (2) Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais. (3) Refere-se a venda de Km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes. (4) Vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

28 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	140.895	175.391	404.080	341.739
Juros de clientes	-	-	103.976	81.374
Outras receitas	-	7	5.187	3.316
	140.895	175.398	513.243	426.429
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(777.424)	(666.791)
Juros sobre debêntures	(118.421)	(113.562)	(374.125)	(308.290)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(7.839)	(4.023)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(6.094)	(829)	(74.761)	(46.966)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(69.854)	(71.384)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 22)	(42.615)	(21.154)	(42.615)	(21.154)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(22)	(24)	(9.201)	(11.159)
	(167.152)	(135.569)	(1.355.819)	(1.129.767)
Resultado financeiro, líquido	(26.257)	39.829	(842.576)	(703.338)

29 LUCRO POR AÇÃO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 22, respectivamente.

Lucro básico por ação	2016	2015
Lucro líquido da Sociedade	1.561.585	1.503.466
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.391	543.775
Lucro básico por ação - R$	2,8844	2,7649
Lucro diluído por ação	**2016**	**2015**
Lucro líquido da Sociedade	1.561.585	1.503.466
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	545.509	548.054
Lucro diluído por ação - R$	2,8626	2,7433
Média ponderada das ações (em milhares)	**2016**	**2015**
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	541.391	543.775
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.267	2.161
Usufruto de ações	1.851	2.118
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	545.509	548.054

30 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiteno) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.
As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	5.365.524	4.621.242
Ipiranga	66.407.305	65.349.812
Oxiteno	3.700.703	4.082.479
Ultracargo	355.412	315.510
Extrafarma	1.578.210	1.336.255
Outros (1)	45.504	45.244
Vendas entre segmentos	(99.703)	(95.268)
Total	77.352.955	75.655.274
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.942	3.027
Ipiranga	-	-
Oxiteno	2.519	2.576
Ultracargo	48.941	44.395
Extrafarma	-	-
Outros (1)	45.301	45.270
Total	99.703	95.268

	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	5.362.582	4.618.215
Ipiranga	66.407.305	65.349.786
Oxiteno	3.698.184	4.079.903
Ultracargo	306.471	271.115
Extrafarma	1.578.210	1.336.255
Outros (1)	203	-
Total	77.352.955	75.655.274
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	288.449	213.895
Ipiranga	2.383.585	2.154.606
Oxiteno	308.177	579.541
Ultracargo	127.904	(16.058)
Extrafarma	(5.577)	4.985
Outros (1)	3.172	24.561
Total	3.105.710	2.961.530
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	(39)	(55)
Ipiranga	(23.178)	(21.779)
Oxiteno	975	2.003
Ultracargo	(27)	699
Outros (1)	29.745	8.248
Total	7.476	(10.884)
Receitas financeiras	513.243	426.429
Despesas financeiras	(1.355.819)	(1.129.767)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.270.610	2.247.308
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	248.627	251.463
Ipiranga	911.927	921.634
Oxiteno	291.294	136.314
Ultracargo	81.166	24.463
Extrafarma	140.454	80.813
Outros (1)	17.365	24.248
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.690.833	1.438.935
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(483)	(625)
Juros capitalizados	(23.980)	(25.207)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.666.370	1.413.103

	2016	2015
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	158.193	143.207
Ipiranga	695.664	612.727
Oxiteno	149.716	158.261
Ultracargo	43.356	41.668
Extrafarma	42.666	23.744
Outros (1)	13.943	23.040
Total	1.103.538	1.002.647
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.308.686	2.155.618
Ipiranga	11.663.289	11.155.357
Oxiteno	6.354.788	4.121.368
Ultracargo	1.535.815	1.276.927
Extrafarma	1.719.524	1.527.759
Outros (1)	577.568	476.032
Total	24.159.670	20.713.061

(1) A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") e Imaven Imóveis Ltda.
Os saldos dos ativos totais de 2015 foram reclassificados para manter a comparabilidade e a consistência com o critério utilizado em 2016 devido à reclassificação da compensação do ativo fiscal diferido contra o passivo fiscal diferido demonstrado na nota explicativa nº 9.a:

	2015		
	Valores anteriormente apresentados	Reclassificações	Valores reclassificados
Ultragaz	2.195.314	(39.696)	2.155.618
Ipiranga	11.292.350	(136.993)	11.155.357
Oxiteno	4.148.716	(27.348)	4.121.368
Ultracargo	1.283.613	(6.686)	1.276.927
Extrafarma	1.570.024	(42.265)	1.527.759
Outros (1)	476.032	-	476.032
Total	20.966.049	(252.988)	20.713.061

Informações relativas à área geográfica - Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Estados Unidos	264.478	201.286
México (1)	103.051	140.759
Uruguai (1)	67.251	79.408
Venezuela	5.989	4.364
	440.769	425.817

(1) A redução do imobilizado e intangível em 2016 deve-se substancialmente à valorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior, utilizadas na conversão das informações.
A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Receita líquida das vendas:		
Brasil	76.283.061	74.337.803
México	183.124	215.141
Uruguai	33.782	37.938
Venezuela	25.393	158.020
Outros países da América Latina	448.814	392.748
Estados Unidos e Canadá	158.280	166.277
Extremo Oriente	57.662	190.160
Europa	97.261	101.931
Outros	65.578	55.256
Total	77.352.955	75.655.274

31 RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança - Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites. A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo: • A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil. • A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade ("Comitê"). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento. • As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade. • O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira. • A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política. **Risco de moedas** - A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	2016	2015
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	423,9	147,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	323,4	188,8
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	600,9	611,4
	1.348,2	948,0
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(4.736,3)	(2.630,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(57,1)	(64,4)
	(4.793,4)	(2.694,7)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	2.206,4	2.667,2
Posição líquida ativa (passiva) – total	(1.238,8)	920,5
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	24,8	(40,7)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(1.263,6)	961,2

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira - A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida passiva de R$ 1.238,8 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	2,5	6,2	12,4
(2) Efeito no patrimônio líquido		(126,4)	(315,9)	(631,8)
(1) + (2)	Efeito	(123,9)	(309,7)	(619,4)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(2,5)	(6,2)	(12,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido		126,4	315,9	631,8
(3) + (4)	Efeito	123,9	309,7	619,4

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 23.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e "Contabilidade de *hedge*" abaixo).
Risco de juros - A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14. A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

em milhões de Reais	Nota explicativa	2016	2015
CDI			
Equivalentes de caixa	4	3.837,8	2.497,9
Aplicações financeiras	4	1.174,5	801,6
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	28,3	30,6
Financiamentos e debêntures	14	(5.862,3)	(5.520,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	(2.181,6)	(2.225,1)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	31	-	(27,8)
Posição líquida passiva em CDI		(3.003,3)	(4.443,7)
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(404,4)	(420,8)
Posição líquida passiva em TJLP		(404,4)	(420,8)
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	31	1.149,7	1.364,4
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.470,1)	(1.587,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		(320,4)	(222,7)
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(9,6)	(27,1)
Posição líquida passiva em TIIE		(9,6)	(27,1)
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(99,5)	(30,9)
Posição líquida passiva em SELIC		(99,5)	(30,9)
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(3.837,2)	(5.145,2)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes - A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2016, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	40,1	100,3	200,6
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,3	0,8	1,6
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(80,8)	(202,1)	(404,2)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(57,4)	(110,1)	(198,0)
Despesa incremental		(97,8)	(211,1)	(400,0)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(3,0)	(7,6)	(15,2)
Despesa incremental		(3,0)	(7,6)	(15,2)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,8	2,0	4,1
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,1)	(2,7)	(5,5)
Despesa incremental		(0,3)	(0,7)	(1,4)
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	(0,1)	(0,2)	(0,4)
Despesa incremental		(0,1)	(0,2)	(0,4)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,9)	(2,3)	(4,6)
Despesa incremental		(0,9)	(2,3)	(4,6)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito - Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber. Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.
A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2016	2015
Ipiranga	182.252	151.921
Ultragaz	33.804	28.136
Oxiteno	10.856	12.412
Extrafarma	3.449	5.376
Ultracargo	2.971	2.971
Total	233.332	200.816

Risco de liquidez - As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de *"joint ventures"*, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos. A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R$ 3.039,9 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2017 totaliza R$ 2.174 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam R$ 5.686,7 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4). A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2016 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto, esses valores podem ser diferentes dos saldos em 2016 no balanço patrimonial.

em milhões de Reais

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	14.771,2	3.039,9	6.128,9	1.786,2	3.816,2
Instrumentos de proteção (3)	337,7	179,7	128,1	29,6	0,3
Fornecedores	1.709,7	1.709,7	-	-	-

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 11,5%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R$ 3,40 em 2017, R$ 3,66 em 2018, R$ 3,93 em 2019, R$ 4,21 em 2020 e R$ 4,51 em 2021, (iii) TJLP de 7,5% e (iv) IGP-M de 4,6% em 2017, 4,5% em 2018, 4,5% em 2019 e 4,5% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras). (2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos. (3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 29 de dezembro de 2016, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 30 de dezembro de 2016. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação. **Gestão de capital** - A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. **Seleção e utilização de instrumentos financeiros** - Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez. A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos. Conforme mencionado na seção "Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança" desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.
A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (*nocional*)[1] 2016	Valor de referência (*nocional*)[1] 2015	Valor justo 2016 R$ milhões	Valor justo 2015 R$ milhões	Valor a receber 2016 R$ milhões	Valor a pagar 2016 R$ milhões
Instrumentos de proteção								
a – *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos	Bradesco, BTMU, Itaú, JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, Scotiabank	jan/2017 a out/2026						
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)			US$ 350,0	US$ 350,0	1.149,7	1.364,4	1.149,7	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)			US$ 1.062,4	US$ 334,5	1.084,6	1.335,1	1.084,6	-
Passivo em taxa de juros CDI			US$ (1.412,4)	US$ (684,5)	(2.181,6)	(2.225,1)	-	2.181,6
Resultado acumulado			-	-	52,7	474,4	2.234,3	2.181,6
b – *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Itaú, Santander	jan/2017 a abr/2017	US$ 8,5	US$ 7,9	28,3	30,6	28,3	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US$ (8,5)	US$ (7,9)	(27,9)	(32,3)	-	27,9
Resultado acumulado			-	-	0,4	(1,7)	28,3	27,9
c – *Swaps* de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada			-	R$ 27,5	-	27,4	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			-	R$ (27,5)	-	(27,8)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	(0,4)	-	-
Resultado acumulado total bruto					53,1	472,3	2.262,6	2.209,5
Imposto de renda					(36,9)	(86,0)	(36,9)	-
Resultado acumulado total líquido					16,2	386,3	2.225,7	2.209,5
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					218,5	433,7		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(202,3)	(47,4)		

[1] Em milhões. Moeda conforme indicado.
Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.
Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 2016, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação: a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US$ 1.412,4 milhões de principal com posição passiva, na média a 83,5% do CDI, sendo US$ 329,4 milhões, com posição ativa a US$ + 1,29% a.a., US$ 350,0 milhões com posição ativa a US$ + LIBOR + 0,87% a.a. e US$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US$ + 5,65% a.a. Deste total, US$ 440,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.c e "Contabilidade de *hedge*" abaixo) e US$ 152,6 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide "Contabilidade de *hedge*" abaixo). b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2016, estes contratos de *swap* totalizavam US$ 8,5 milhões e tinham na média uma posição ativa a 72,3% do CDI e passiva a US$ + 0,0% a.a. c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Este contrato de *swap* foi liquidado no vencimento (vide nota explicativa nº 14.h).
Contabilidade de proteção (hedge accounting) - A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia , bem como suas alterações de valor justo. Hedge de valor justo - A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US$ 440,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2016, uma despesa de R$ 426,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R$ 11,6 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma receita de R$ 255,6 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 101,9% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1). Hedge de fluxo de caixa - A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos "compromissos firmes" e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das "transações futuras altamente prováveis", para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US$ 152,6 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2016 uma despesa de R$ 132,5 milhões, restando uma perda não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R$ 13,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US$ 570,0 milhões, sendo reconhecida uma perda não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R$ 12,1 milhões em 2016, líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos. Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior - A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US$ 133,0 milhões, sendo reconhecida uma perda em "Outros resultados abrangentes" de R$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.
Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção - As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado em 2016 e de 2015 da Sociedade e suas controladas:

	R$ milhões 2016	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(177,0)	(13,8)
b - *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	9,2	-
c - *Swaps* de juros em Reais (iii)	(0,5)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(28,5)	(14,9)
Total	(196,8)	(28,7)

	R$ milhões 2015	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(143,1)	6,3
b - *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(2,2)	(31,3)
c - *Swaps* de juros em Reais (iii)	1,1	-
Total	(144,2)	(25,0)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes); (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais; (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e (iv) considera o resultado das notas no mercado externo.
Valor justo dos instrumentos financeiros - Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

	Categoria	Nota explicativa	2016 Valor contábil	2016 Valor justo	2015 Valor contábil	2015 Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	113.318	113.318	192.016	192.016
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.837.807	3.837.807	2.497.903	2.497.903
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	323.033	323.033	12.974	12.974
Aplicações financeiras:						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	113.640	113.640	790.969	790.969
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.053.369	1.053.369	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	34.775	34.775	35.013	35.013
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	218.458	218.458	433.669	433.669
Total			5.701.849	5.701.849	3.973.162	3.973.162
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.428.907	1.428.907	1.715.405	1.715.405
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.990.269	6.881.085	4.846.649	4.686.178
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.746.881	2.746.915	2.246.215	2.233.313
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	48.716	48.716	45.894	45.894
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	202.357	202.357	47.445	47.445
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	153.429	153.429	112.233	112.233
Total			11.570.559	11.461.409	9.013.841	8.840.468

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 22). • Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar *International* em 2016 foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 14.b.). O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 22). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:
(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	Categoria	Nota explicativa	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	113.318	113.318	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.837.807	3.837.807	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	323.033	323.033	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	113.640	113.640	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.053.369	1.053.369	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	34.775	32.167	2.608	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	218.458	-	218.458	-
Total			5.701.849	5.480.783	221.066	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.428.907	-	1.428.907	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.881.085	2.338.920	4.542.165	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.746.915	-	2.746.915	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	48.716	-	48.716	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	202.357	-	202.357	-
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	153.429	-	153.429	-
Total			11.461.409	2.338.920	9.122.489	-

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Categoria	Nota explicativa	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa:						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	-	-
Aplicações financeiras:						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	25.615	9.398	-
Instrumentos de proteção cambial e juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	-	433.669	-
Total			3.973.162	3.530.095	443.067	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	-	1.715.405	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.686.178	-	4.686.178	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.233.313	-	2.233.313	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	-	45.894	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	-	47.445	-
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	112.233	-	112.233	-
Total			8.840.468	-	8.840.468	-

(1) Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.
Análise de sensibilidade - A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 29 de dezembro de 2016. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R$ 5,94 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de dezembro de 2016, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de dezembro de 2016 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
***Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos**				
(1) *Swaps* dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	170.030	775.209	1.380.387
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(170.029)	(775.200)	(1.380.371)
(1)+(2)	Efeito líquido	1	9	16
***Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos**				
(3) *Swaps* Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(236)	6.753	13.742
(4) Margem bruta da Oxiteno		236	(6.753)	(13.742)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

32 COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

a. Contratos - A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu (*)	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

(*) Em dezembro de 2016, este contrato foi renovado pelo período de 15 anos, alterando a movimentação mínima contratual de 100.000 ton/ano para 397.000 ton/ano. Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2016, essas tarifas eram de R$ 6,99 e R$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno, apurado trimestralmente, e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2016 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato, conforme condições e tolerância contratuais.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
Em toneladas de eteno	2016	2015	2016	2015
1º trimestre	47.240	37.743	47.196	44.352
2º trimestre	47.240	46.596	53.530	51.112
3º trimestre	47.760	47.890	54.180	48.507
4º trimestre	35.599	47.890	37.649	41.950
Total	177.839	180.119	192.555	185.921

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.
A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato, conforme condições e tolerância contratuais.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
Em toneladas de eteno	2016	2015	2016	2015
1º semestre	17.688	20.101	18.423	17.669
2º semestre	21.206	17.376	21.480	19.482
Total	38.894	37.477	39.903	37.151

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.
b. Cobertura de seguros em controladas - A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US$ 1.062
Ipiranga	R$ 770
Ultracargo	R$ 715
Ultragaz	R$ 300
Extrafarma	R$ 135

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.
O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços. São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo. São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros. As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas. ***c. Contratos de arrendamento mercantil operacional*** - As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2016	25.237	26.464	-	51.701

As controladas I

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ultrapar Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do ágio da Imifarma - A análise do valor recuperável do ágio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Imifarma") foi considerada um principal assunto de auditoria por envolver estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas na elaboração do valor recuperável com base no modelo de fluxo de caixa descontado e da sensibilidade e subjetividade das premissas significativas, sendo as principais a taxa de crescimento das receitas, dos custos e das despesas no período das projeções, a taxa de crescimento para a perpetuidade e a taxa de desconto. O assunto foi considerado como um risco significativo de auditoria e, portanto, envolveu a nossa atenção e o nosso julgamento de maneira significativa. Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a análise do valor recuperável do ágio. Para endereçar o risco de recuperabilidade do ágio, dentre outros procedimentos, testamos a análise do valor recuperável preparada pela Administração com o auxílio de um especialista interno em valor justo para a análise da razoabilidade do modelo utilizado, o recálculo matemático dos fluxos de caixa descontados e o teste dos componentes da taxa de desconto, considerando as referências do mercado e da indústria. Adicionalmente, realizamos uma análise retrospectiva dos resultados realizados com as projeções de resultados futuros, bem como uma análise comparativa das taxas de crescimento e das margens com os demais participantes do segmento de varejo farmacêutico e indicadores econômicos, e, por fim, uma análise de sensibilidade das premissas significativas realizadas pela Administração. Examinamos também a adequação das divulgações relacionadas ao teste do valor recuperável do ágio da Imifarma, incluídas na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

Incêndio no terminal em Santos - O incêndio ocorrido em 2015 no terminal em Santos foi considerado um principal assunto de nossa auditoria corrente por ser um evento não usual e envolver o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração na aplicação de prática contábil, bem como na mensuração, contabilização e divulgação dos riscos ambientais, ativos relacionados com o sinistro a receber das seguradoras e passivos de indenização a clientes e terceiros. Dessa forma, o assunto foi classificado como uma transação significativa não usual e, portanto, envolveu a nossa atenção e o nosso julgamento de maneira significativa. Analisamos os saldos registrados como ativos e passivos de indenização por meio de inspeção das apólices de seguro, acordos de indenização securitária, contratos com clientes, lista de pedidos e litígios de clientes e terceiros e confirmações dos advogados externos. Adicionalmente, analisamos a opinião legal e os relatórios externos de avaliação dos impactos ambientais e desafiamos as premissas adotadas com o auxílio de especialista interno em sustentabilidade, afim de avaliar a razoabilidade da mensuração e contabilização dos efeitos desse incêndio. Avaliamos as representações do departamento jurídico interno e consideramos as respectivas atualizações de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras de 2016, incluindo as confirmações dos advogados externos. Avaliamos também a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas nº 20.b.2.2) e 33 às demonstrações financeiras.

Processos administrativos instaurados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE - A análise dos efeitos dos processos administrativos instaurados pelo CADE em 2016 foi considerada um principal assunto de auditoria em virtude de sua complexidade e por envolver julgamento da Administração com relação à avaliação dos riscos de perdas, bem como à divulgação nas demonstrações financeiras. Envolvemos membros mais seniores da equipe de trabalho para o desafio das análises realizadas pela Administração. Testamos a análise da Administração por meio de indagações ao departamento jurídico interno, advogados externos e Administração da Sociedade, obtenção de opinião legal dos advogados externos e representações formais do departamento jurídico e da Administração da Sociedade. Desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração quanto à probabilidade de perda envolvida, avaliamos as evidências contraditórias e envolvemos os especialistas de normas técnicas e profissionais de contabilidade para análise dos impactos contábeis e de divulgação. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas aos referidos processos administrativos incluídas na nota explicativa nº 20.b.2.3) às demonstrações financeiras.

Outros assuntos - *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Délio Rocha Leite
Contador
CRC nº 1 SP 189302/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 22 de fevereiro de 2017, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Flavio César Maia Luz

Mario Probst

Nilson Martiniano Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Presidente

Lucio de Castro Andrade Filho
Vice-Presidente

Alexandre Gonçalves Silva
Carlos Tadeu da Costa Fraga
Jorge Marques de Toledo Camargo
José Maurício Pereira Coelho
Nildemar Secches
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho
Pedro Wongtschowski

DIRETORIA

Thilo Mannhardt
Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Covre
João Benjamin Parolin
Leocadio de Almeida Antunes Filho
Pedro Jorge Filho
Ricardo Isaac Catran
Diretores

José Carlos Layber de Oliveira - Gerente de Informações Contábeis - Contador - CRC nº 1 SP 185528/O-7

UGPA3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA · UGP LISTED NYSE · IBOVESPA · Índice Valor Bovespa IVBX 2 · Índice Brasil Amplo BM&FBOVESPA IBRA · Índice Brasil IBRX · Índice Brasil 50 IBRX 50 · Índice Carbono Eficiente ICO2 · Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado IGC-NM · Corporate Knights Global 100